

MARCUS ANTÔNIO ASSIS LIMA

ORGANIZAÇÃO

**A INTERSECCIONALIDADE
DAS QUESTÕES DE
GÊNERO E IDENTIDADE**

REFLEXÕES A PARTIR DO



Editor-chefe: Antonio K.valo
Curador: Fábio Figueiredo Camargo
Assistente: Barbara Caetano

Catálogo na Publicação - CIP

S471c

A interseccionalidade das questões de gênero e identidade: Reflexões a partir do VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero / organizador Marcus Antônio Assis Lima, editor Antonio K.valo, curador Fábio Figueiredo Camargo. – Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2024.

E-book : il.

E-book, no formato ePub.

Modo de acesso: Internet.

ISBN: [978-65-88010-53-2](https://www.isbn.org/978-65-88010-53-2)

1. Identidade de gênero - Congressos. 2. Sexualidades e direitos humanos - Congressos I. K.valo, Antonio, ed. II. Camarg, Fábio Figueiredo, cur. III. Título.

CDD: 306.768

CDU: 316.346.2

Elaborada por Gizele Cristine Nunes do Couto – CRB6-2091

CONSELHO EDITORIAL

Alex Fabiano Jardim
Ana Maria Colling
André Luis Mitidieri
Andréa Sirihal Werkema
Antonio Fernandes Jr.
Cláudia Maia
Cleudemar Fernandes
Davi Pinho
Djalma Thurler
Eliane Robert Moraes
Eneida Maria de Souza
Emerson Inácio
Flávia Teixeira
Flávio Pereira Camargo
Joana Muylaert
Larissa Pelúcio
Leandro Colling
Leonardo Mendes

Luciana Borges
Luiz Morando
Maria Elisa Moreira
Mário César Lugarinho
Nádia Batella Gotlib
Patrícia Goulart Tondinelli
Paulo César Garcia
Renata Pimentel
Ricardo Alves dos Santos
Telma Borges
Vinícius Lopes Passos

CURADORIA

Fábio Figueiredo Camargo
Leonardo Francisco Soares
Ivan Marcos Ribeiro

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 2009.



O Sexo da Palavra - Projetos Editoriais
R. Benjamin Alves Santos, 1916 / ap. 21
Saraiva
CEP: 38.408-376 | Uberlândia - MG
CNPJ: 33.713.941/0001-21
Printed in Brazil / Impresso no Brasil

www.osexodapalavra.com





UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



MPF Procuradoria
da República
em Vitória da Conquista
Ministério Público Federal



Avoador
JORNALISMO COM PROFUNDIDADE



SUMÁRIO

**UMA CONSTRUÇÃO RIZOMÁTICA DE DESEJOS,
PERFORMANCES E SABERES**

Marcus Antônio Assis Lima

06

**INFÂNCIAS, GÊNERO, SEXUALIDADE E DIFERENÇAS:
REFLEXÕES E DIÁLOGOS NO DESFAZENDO GÊNERO**

Isabel Cristina de Jesus Brandão

16

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DO FILME
“PÉ DE MULHER”, DE FELIPE FREITAS,
ENVOLVENDO LINGUAGEM, GÊNERO, DIREITO E CINEMA**

Hélvio Frank
Sofia Alves Valle Ornellas
Silvana Beline Tavares

29

**DA REALIDADE TOMADA COMO NORMAL ÀS DINÂMICAS
DO GÊNERO: PERFORMANCE E PERFORMATIVIDADE
NAS TEIAS DO SUJEITO**

Anderson Fontes Passos Guimarães

47

**O MUNDO PRECISA DE CIÊNCIA E A CIÊNCIA
PRECISA DE MULHERES**

Laysla Bomfim Adam
Luciana Aguilar-Aleixo

63

**PODE O QUEER SER DECOLONIAL?
(DES)APONTAMENTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO
DE UM CUYR LOCAL**

Will Paranhos
Paulo de Tássio da Silva

81

ARQUEOLOGIA DO INFERNO DA BIBLIOTECA NACIONAL

Antonio Carlos Pinto da Fonseca Junior
Fábio Figueiredo Camargo

101

UMA CONSTRUÇÃO RIZOMÁTICA DE DESEJOS, PERFORMANCES E SABERES

Como Presidente da Comissão Organizadora, é com grande entusiasmo que apresento este e-book, resultado do VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero, um evento que se tornou um ponto de referência na promoção da reflexão e discussão sobre as questões de gênero e identidade, por um viés decolonial e marcado pela interseccionalidade, em nossa sociedade. Tendo acontecido entre os dias 10 e 14 de novembro de 2023, no campus de Vitória da Conquista da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, esse seminário representou um espaço de diálogo multifacetado, onde acadêmicos, ativistas e a comunidade em geral se uniram para explorar as complexidades das identidades de gênero. O mote deste ano, “Uma Construção Rizomática de Desejos, Performances e Saberes”, nos convida a pensar nas identidades de gênero como uma teia intrincada de desejos, expressões e conhecimentos interconectados. Reconhecemos que as narrativas de gênero são diversas e fluidas, e este seminário se dedica a mapear essa complexidade. As mais de 300 comunicações orais apresentadas em 18 Simpósios Temáticos durante o evento oferecem uma variedade de perspectivas e abordagens que abrangem uma

ampla gama de tópicos relacionados à identidade de gênero. Desde análises acadêmicas inovadoras até experiências de vida pessoal e performances artísticas, esses resumos, publicados no Caderno de Resumos, refletem a riqueza e a diversidade das expressões de gênero. Durante os dias do seminário, tivemos a oportunidade de ouvir palestrantes renomados e participar de discussões profundas que nos desafiaram a explorar as conexões entre desejo, performance e conhecimento na construção das identidades de gênero. Além disso, as atividades culturais e artísticas que foram parte do evento nos lembraram da importância de celebrar as identidades de gênero em todas as suas formas e manifestações. À medida que reunimos alguns textos extraídos das discussões nos simpósios temáticos do VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero, e reunidos neste e-book, convidamos todos a se unirem a nós na construção rizomática das identidades de gênero. Juntos, podemos criar um espaço de respeito mútuo, onde todas as vozes e experiências são valorizadas e reconhecidas. Juntos, estamos desafiando as fronteiras convencionais e abraçando a riqueza das identidades de gênero em nossa sociedade.

Aproveitamos este espaço para registrar a história do Seminário Internacional Desfazendo Gênero. A primeira edição, com o tema *Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo*, ocorreu de 14 a 16 de agosto de 2015, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, organizada pelo Núcleo Tirésias, na época coordenado pela professora Berenice Bento. Nesta primeira edição, o Desfazendo Gênero já contou com uma conferência de abertura internacional (de Marie-Hélène Bourcier), cinco minicursos, oito mesas redondas, uma mostra artística (com

teatro e cinema) e a apresentação de pesquisas em 39 simpósios temáticos.

Naquela ocasião, o grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade, coordenado pelos professores Leandro Colling e Djalma Thürler, da Universidade Federal da Bahia, foram convidados a realizar a segunda edição do Desfazendo Gênero em Salvador. O tema definido para o II Desfazendo Gênero, *Ativismos das dissidências sexuais e de gênero*, reafirma o compromisso em realizar um seminário que aposta nas perspectivas que, de uma forma ou de outra, criticam as normatizações, normalizações, naturalizações e binarismos sobre as diversidades e/ou dissidências sexuais e de gênero. Com esse tema, o encontro também reforça o seu caráter político, em sentido amplo, de problematizar e recriar de forma permanente a produção de conhecimento em nossa área, de compreender que essa produção também é política, de entender que o ativismo também produz conhecimentos e de que toda essa produção precisa estar à serviço de políticas para que as pessoas respeitem, reconheçam e aprendam com as múltiplas sexualidades e gêneros que existem em nossas sociedades.

De 10 a 13 de outubro de 2017, aconteceu em Campina Grande, Paraíba, o III Seminário Internacional Desfazendo Gênero, adotando na sua terceira edição o título *Com a Diferença Tecer a Resistência*. A terceira edição esteve sob a responsabilidade do Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais/ NINETS, da Universidade Estadual da Paraíba, sob a coordenação geral da professora Dra. Jussara Carneiro Costa.

Na quarta edição, em 2019, em Recife, como característico nas diferentes versões do Seminário Internacional Desfazendo

Gênero, o debate gravitou em torno de problemas diversos que envolvem a relação do gênero e da sexualidade com a historicidade das práticas de violência contra pessoas que se enquadram em padrões normalizadores, com marcadores sociais importantes como raça/etnia e classe e com os limites do ativismo social. Para essa edição, sob a coordenação dos professores Natanael Azevedo e Iran Melo, ambos da UFRPE, foi escolhido como macrotema *Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama*. Com ele, o seminário reforçou o seu caráter político, em sentido amplo, de problematizar e recriar de forma permanente a produção de conhecimento sobre gênero, de compreender que essa produção também é política, de entender que o ativismo também produz conhecimentos e de que todo saber precisa estar a serviço de políticas para que as pessoas respeitem, reconheçam e aprendam com as múltiplas possibilidades de gênero que existem em nossas sociedades.

Consoante às outras quatro edições anteriores do Seminário Desfazendo Gênero, o debate da quinta edição girou em torno de problemas diversos que envolvem as relações de gênero e as sexualidades com a historicidade das práticas sociais. O evento, que completou dez anos em suas edições bianuais, mantém como propósito reunir pessoas interessadas de diversas formações e perfis, com predominância para estudantes, pesquisadores/as, professores/as de diferentes níveis de ensino, artistas e ativistas. Para a quinta edição, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas da Unit, sob a coordenação da professora Verônica Marques, foi escolhido pela comissão organizadora como macrotema *Conhecimento dissidente, cura coletiva e novas*

modulações da experiência. Orientado pelo macrotema, essa edição teve por objetivo provocar, no contexto pandêmico da Covid-19, discussões pontuais e transversais, de modo a compor propostas sobre outras “pandemias ocultas” na sociedade do século XXI. Evocando o pensamento dissidente que conduz a outros saberes e abre margem para instigantes desafios a serem enfrentados em campos severamente disputados, é preciso não negligenciar a violência e seus impactos em corpos dissidentes, esses que tencionam e subvertem expectativas conservadoras e normalizadoras.

O VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero representa um marco na promoção da reflexão e discussão sobre as questões de gênero e identidade em nossa sociedade na cidade baiana de Vitória da Conquista. Este evento, que tem se consolidado como um espaço de diálogo multifacetado, onde acadêmicos, ativistas e a comunidade em geral se unem para explorar as complexidades das identidades de gênero, foi também uma oportunidade para a comunidade que circula diariamente pelo campus da UESB conviver com a diversidade de gêneros, identidades, culturas e saberes promovida pela simples realização do seminário. Com o macrotema *Uma construção rizomática de desejos, performances e saberes*, o seminário convida a pensar nas identidades de gênero como uma teia intrincada de desejos, expressões e conhecimentos interconectados. Reconhecendo a diversidade e fluidez das narrativas de gênero, o sexto seminário se dedicou a mapear essa complexidade.

Ao longo das edições anteriores, o Seminário Desfazendo Gênero tem se destacado por abordar temas relevantes e atuais,

como subjetividade, cidadania, transfeminismo, ativismos das dissidências sexuais e de gênero, entre outros. Cada edição tem reafirmado o compromisso em realizar um seminário que aposta nas perspectivas que criticam as normatizações, normalizações, naturalizações e binarismos sobre as diversidades e/ou dissidências sexuais e de gênero. As múltiplas perspectivas abordadas nos simpósios temáticos refletem a diversidade e complexidade dessas questões, contribuindo para um debate enriquecedor e transformador. Também a interseccionalidade das temáticas propostas evidencia a necessidade de uma abordagem ampla e inclusiva que reconheça as múltiplas dimensões das identidades de gênero e sexualidades.

Isabel Cristina de Jesus Brandão, no texto *Infâncias, Gênero, Sexualidade e diferenças: reflexões e diálogos no Desfazendo Gênero*, discute sobre gênero, sexualidade e diferenças no cotidiano infantil e as políticas e práticas envolvidas na infância. A autora mostra como a pandemia evidenciou a desigualdade de gêneros, afetando a maioria da população global e as crianças e, mais especificamente, como ela evidenciou a crescente vulnerabilidade das crianças durante a infância, com a crise causando uma profunda redução no acesso a cuidados, educação, nutrição, vacinação e seguridade social.

O texto também discute os conflitos políticos e sociais em curso no campo da sexualidade infantil, com um discurso conservador perpetuando a violência contra as crianças e negando sua sexualidade. A autora argumenta que a infância e a adolescência servem como ponto estratégico para refletir sobre os processos de transformação na política sexual brasileira, uma vez que as expressões de gênero e sexualidade desempenham

papel fundamental no enfrentamento de concepções e valores relacionados à sexualidade e ao gênero.

Em *Uma análise discursiva crítica do filme “Pé de Mulher”*, de Felipe Freitas, envolvendo linguagem, gênero, direito e cinema, Hélivio Frank, Sofia Alves Valle e Ornellas Silvana Beline Tavares nos oferecem uma análise crítica do discurso através das múltiplas modalidades e da semiótica do texto cinematográfico, com foco na materialidade de dois textos jurídicos brasileiros. “Pé de Mulher” é um filme que explora temas de gênero, direitos e cinema, destacando a complexa relação entre linguagem, história e sociedade. A partir de uma análise discursiva crítica do filme “Pé de Mulher”, os autores apresentam como havia censura ao desporto e discriminação vivida por mulheres nos anos de 1940 a 1980. Quando, definitivamente, o que não é explorado na película, parece, por conta da luta das mulheres, alcançar um rumo ético: em 1979, elas conquistam historicamente o direito à prática de futebol também por decreto. Para os autores, analisar um filme como “Pé de Mulher” reflete na força educativa, política e estética do cinema e na potencialidade do debate que sua projeção porventura possa suscitar em nossa sociedade. A direito à cinema como arte educadora que possibilita leituras, diálogos e reflexões em sociedade é fundamental para pensar sobre formas humanas de resistência e existência.

Da realidade tomada como normal às dinâmicas do gênero: performance e performatividade nas teias do sujeito, de Anderson Fontes Passos Guimarães, recupera a discussão sobre gênero, performance e performatividade, para “possibilitar que percebamos quando performance está funcionando como performatividade e quando performatividade”, aproximando-

se do termo “perfechatividade” para nomear este “algo queer”, já que se trata de uma “performance de gênero intencional utilizada apenas em determinados contextos, locais e com determinadas pessoas”. Para o autor, este termo seria importante para alcançar aquilo que os gays fechativos e/ou afeminados têm apontando em suas experiências. A discussão é que por se tratarem de performatividades quais não são compreendidas, o sujeito será convocado a exercer maior grau de consciência reflexiva se quiser exercer a feminilidade com a qual se identifica (assim, havendo agência, no que seria compreendido como performatividade).

Em *O mundo precisa de ciência e a ciência precisa de mulheres*, de Laysla Bomfim Adam e Luciana Aguilar-Aleixo trazer à cena o importante debate do papel das mulheres nas ciências, colocando foco nas atividades extensionistas de divulgação científica promovidas pelo O programa de extensão “Evolução Para Todos”, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). No texto, as autoras apontam como a história das mulheres na ciência brasileira é escassa, e a inclusão histórica nas discussões sobre gênero e ciência é necessária, especialmente no contexto brasileiro. Para elas, essas desigualdades são afetadas por processos históricos e culturais, que submetem as mulheres a viverem à sombra dos homens e a terem suas pesquisas com pouca visibilidade e difusão e, por isso, a elaboração de “Biografias Feministas” é necessária para evidenciar como as relações de gênero e poder interferiram nas vivências das cientistas. A equipe do “Evolução para Todos” é composta por 39 pessoas, com 29 mulheres, quase 75%, refletindo o protagonismo feminino. A participação

feminina na extensão universitária tem sido uma fonte de empoderamento e capacitação.

“A aposta desse texto não é trazer apostas ou roteirizações de uso do *queer*, mas deslocar fixações e essencializações que tem se endereçado às *cuyrizações*”, enfatizam Will Paranhos e Paulo de Tássio da Silva, autores do capítulo *Pode o queer ser decolonial? (Des)apontamentos sobre a construção de um cuyr local*. No texto, eles demonstram como as transexualidades enfrentam as opressões em diferentes raças, etnias, classes, gêneros e sexualidades. Quando confrontadas em termos étnicos, muitas vezes são pensadas a partir da mestiçagem, que é um conceito que faz parte da norma hegemônica e que apaga as singularidades. Os autores propõem que a mestiçagem é a organização do coletivo politicamente, com base em um discurso de que as diferenças não existem. As corpos indígenas que ocupam os territórios da Amazônia (Brasil, Colômbia e Peru) também são *cuyr*, e é em direção aos corpos indígenas que são *cuyr* e de perspectivas decoloniais para dizer dos enquadramentos das sexualidades e colonização dos Povos Indígenas. A teoria decolonial e o pensamento *Two Spirit*, apontam Paranhos e Silva, são possibilidades de escapes para os povos indígenas, embora o termo “queer indígena” seja criticado por eles.

Last, but not least, encerramos esta coleção com o texto *O Inferno da Biblioteca Nacional: os limites entre censura e preservação de obras obscenas*, de Antonio Carlos Pinto da Fonseca Junior, que analisa um grupo de produtos gráficos, incluindo livros, revistas e livros, do início do século XX, encontrados na seção Inferno da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN). A coleção contém

cerca de 50 títulos, principalmente legais e pornográficos, e é classificada como “proibidas”. Apesar da sua circulação, os livros são frequentemente descartados ou roubados por autoridades ou indivíduos. Esta prática é particularmente prevalente nas leis e instituições de impostos especiais que restringem o acesso à informação. No Brasil, a seção Inferno é uma área protegida.

Tenha uma boa leitura!
Marcus Antônio Assis Lima
Julho de 2024

INFÂNCIAS, GÊNERO, SEXUALIDADE E DIFERENÇAS: REFLEXÕES E DIÁLOGOS NO DESFAZENDO GÊNERO

Isabel Cristina de Jesus Brandão

Neste trabalho pretendemos tecer algumas reflexões acerca da temática infâncias, gênero, sexualidade e diferenças, tendo como suporte de análise os trabalhos apresentados no VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero, que foi realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB (campus de Vitória da Conquista), no período de 10 a 14 de novembro de 2023.

Inicialmente, é importante destacar que pela primeira vez foi realizado um simpósio temático para discutir a infância no referido evento. O Simpósio Temático Infâncias, Gênero, Sexualidade e Diferenças¹ teve como objetivo ampliar o debate sobre as questões de gênero, sexualidade e diferenças que permeiam as vivências diárias das crianças e sobre como políticas e práticas para a infância estão implicadas com a equidade de gênero. Um debate necessário especialmente no

¹ Coordenação: Profa. Dra. Isabel Cristina de Jesus Brandão (UESB), Profa. Dra. Ligia Maria Leão de Aquino (UERJ), Eunice Andrade de Oliveira Menezes (UFC).

contexto de barbárie implementado por um projeto fascista de sociedade que busca calar e eliminar as diferenças e se afirmar em modelos de opressão e subjugação do outro, do diferente, como o que ocorreu no Brasil de 2016 a 2022.

É importante destacar que o contexto da pandemia da Covid-19 evidenciou as desigualdades de mazelas que afetam a maioria da população mundial e, conseqüentemente, as crianças. De acordo com a Unesco,

entre os diversos impactos negativos que a pandemia de COVID-19 teve sobre a população, um dos mais preocupantes é o aumento da vulnerabilidade das crianças na primeira infância. Calcula-se que esta tenha sido a faixa etária mais afetada pelo aprofundamento das desigualdades gerado pela crise, com a drástica redução ao acesso a serviços de cuidado e educação infantil, nutrição, vacinação e seguridade social (Unesco, 06 de agosto de 2021).

Nesse contexto, também vivenciamos episódios² de noticiários que evidenciaram ainda mais as disputas políticas e sociais no campo da sexualidade infantil com um amplo holofote para o discurso conservador sobre as temáticas gênero, sexualidade e diferenças, no qual o modelo heteronormativo se apresenta como única forma de existência das relações humanas. No citado discurso, se produz, reforça e legitima a violência contra crianças e nega a sexualidade dessas. Xavier Filha (2015, p. 18) se contrapõe a tal discurso e afirma que:

[...] a criança tem sexualidade desde que nasce. Essa sexualidade é diferente da sexualidade adulta. A criança se expressa sexualmente com seu corpo: sente prazer, desprazer, pergunta sobre suas teorias e dúvidas, toca seu corpo e o de outrem, busca responder às suas questões. Assim, vai construindo as identidades de gênero: aprendendo e interagindo com as pedagogias de gênero e sexualidade num ambiente em que está constantemente se relacionando, não como sujeito passivo, mas ativo na construção da sua subjetividade.

² Ver: Reflexões sobre um ato espontâneo em defesa de uma menina violentada pelo tio e pelo bolsonarismo. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/08/18/reflexoes-sobre-um-ato-espontaneo-em-defesa-de-uma-menina-violentada-pelo-tio-e-pelo-bolsonarismo/>.

Já para Louro, “[...] as identidades de gênero remetem-nos para as várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade” (Louro, 2000, p. 93 *apud* Xavier Filha, 2015, p. 17). Essas percepções são reforçadas por Moruzzi (2010, p. 1), quando reverbera: “Há, entre infância e gênero, uma relação de complementaridade e, ao mesmo tempo, soberana em contradições”, e por Leite, que destaca citando Carrara (2015):

[...] podemos dizer que vivemos hoje em um terreno instável onde moralidades sexuais distintas colidem e disputam lugares de poder nas estruturas do Estado. Minha hipótese é de que a infância e a adolescência se tornam um ponto estratégico para refletir sobre os processos de transformação por que passa a política sexual brasileira, já que as expressões de gênero e sexualidade juvenis têm ocupado um papel fundamental no confronto de concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero. E a escola e as políticas de educação têm sido lócus permanente de conflito entre ideários (Carrara, 2015 *apud* Leite, 2019, p. 122).

Inseri essa discussão num contexto político-social permeado por disputas incessantes sobre temas considerados delicados, carregados de tabus e preconceitos numa sociedade cindida em diferentes visões de mundo é muito significativo e necessário para ampliarmos o debate sobre as infâncias brasileiras. Devemos considerar que a mudança de presidente na eleição de 2022 foi um marco importante para a democracia, porém, não é suficiente para pôr fim às ações de um movimento fascista que dentre as várias barbáries destacam-se o incessante discurso e ações de disputa e controle dos corpos das crianças por meio do disciplinamento e da violência. Segundo Foucault (2000, p. 149): “[...] a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal. O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo que se afasta dela, os desvios.” Além disso, “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos

e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (Foucault, 2000, p. 153). Nesse contexto, quais os movimentos de resistências das crianças? Que jeitos de vivenciar as diferentes infâncias as crianças constroem? Esses foram alguns dos questionamentos que foram expressados e registrados durante o Simpósio.

O que dizem os trabalhos?

Carvalho e Prado, no trabalho “Nem menino ou menina, apenas crianças! – o marcador social de gênero e seus atravessamentos na(s) infância(s)”, evidenciam as questões de gênero que se apresentam no movimento da brincadeira e postulam que: “O brincar como atividade principal da(s) infância(s) tem o gênero imbricado em seus processos. As manifestações de gênero a partir de um lugar preestabelecido binário tem se mostrado impactante na permissão concedida as crianças” (Carvalho; Prado, 2023, p. 1000). E que “O brincar como atividade cultural será marcado pelas relações de gênero e essas marcas podem operar pertencimentos e desigualdades de diferentes formas” (Carvalho; Prado, 2023, p. 1002).

Silva e Barbosa evidenciam no texto “‘Veado é um homem que virou mulher’: desfazendo gênero na educação infantil” que:

Apesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, realizada em 501 escolas de todos os estados brasileiros pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), concluiu que 96,5% dos entrevistados têm preconceito com relação a pessoas com necessidades especiais, 94,2% têm preconceito étnico-racial, 93,5%, de gênero, 91%, de geração, 87,5%, socioeconômico, 87,3%, com relação à orientação sexual e 75,95% têm preconceito territorial (Mazzon, 2009). (Silva; Barbosa, 2023, p. 1006).

Algumas questões importantes apareceram no encontro: 1) a unanimidade de poder contar com mulheres (mães, tias e avós) em situações de perigo, fazendo pensar por que os homens não aparecem como referência de lugar seguro e protetivo. 2) houveram muitos risos no momento de nomear as partes íntimas, mas as crianças trouxeram seus saberes, “cú, pinto, pepeca, xibiu...”. 3) ao criarem corpos de mulheres chamou atenção que a vestimenta era sempre um vestido. Na oportunidade investigou-se se as mesmas sabiam que alguns homens gostavam de usar saia e vestidos, ao passo que surgiu a seguinte resposta de uma criança denominada mulher maravilha: “Sim... os veados.” As outras crianças riram, e pedi que explicassem o que era um veado?

“Um homem que virou mulher.”

Falas como essas demonstram que as crianças estão atentas às representações culturais relacionadas aos corpos, às questões de gênero e, nesse caso específico, das identidades, o que demonstra que uma escola que não trabalha esses aspectos está falhando no que tange à educação para o respeito às diferenças (Silva; Barbosa, 2023, p. 1010-1011, grifos das autoras).

[...] Furlani (2023) alerta que as diferenças são produzidas por relações de poder, portanto a condição de subordinação de certa identidade está diretamente relacionada à construção de sua representação negativa, por isso os trabalhos de educação sexual devem mais do que ensinar a “respeitar e tolerar as diferenças”, auxiliar na análise sobre como essas diferenças são produzidas.

As representações do que é um “veado” perpassam a construção das identidades de gênero. Eleger uma identidade como “norma” coloca automaticamente as demais sob o rótulo da abjeção. [...] (Silva; Barbosa, 2023, p. 1011, grifos das autoras).

Nesse sentido, precisamos pensar em ações no cotidiano da escola que promovam a liberdade de expressão das diferentes crianças e o acolhimento das diferenças, bem como o envolvimento e conscientização das famílias neste debate.

Bastos e Arreguy, no trabalho intitulado: “Toda criança é queer? ‘isto ou aquilo’”, apresentam como as discussões de gênero e sexualidade na educação infantil precisam transpor a abordagem que limita o feminino e o masculino, e que devemos olhar as diversidades, as diferenças.

“Baby”, assim se apresentou Renato na Roda de Conversa. Era o primeiro dia de aula da Pré-Escola após o recesso escolar. Havia duas crianças novas na turma e, por isso, a professora pediu que todos se apresentassem. Renato

não era criança nova na turma, já frequentava a Unidade Escolar desde o Maternal, mas no momento da apresentação, se fez novo. Nunca tinha se referido a si mesmo como Baby! Quais novidades as férias trouxeram?

“Diga seu nome, Renato!” Solicitou a professora que foi seguida por risadas! “Você, já disse tia!” Baby Renato se levantou da Roda e logo disse:

“Amigos novos, eu sou o Baby. Mas, não é apelido, não. Esse é meu nome agora, tá?” (Vinheta escolar, 2020).

A “vinheta escolar” apresentada fez parte de um cotidiano escolar de uma turma da faixa-etária de 05 anos de idade da Educação Infantil de um município da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. No relato da vinheta escolar não se esgotam as inquietações despertadas pelo Baby, que após as férias retornou à escola “mais alegre e colorido” e, contudo, muito além de patologizar ou normatizar seu comportamento, é fundamental compreender a diversidade das manifestações da fantasia da criança. [...] (Bastos; Arreguy, 2023, p. 1016, grifos das autoras).

E o que fazer com as provocações e rupturas que as crianças fazem de uma normatividade adultocêntrica “tranquila”? “A criança apresentada neste trabalho combate intensamente a dominação e a discriminação do seu modo de viver na escola e, ainda assim, resiste e não se submete à ideia de regulação” (Bastos; Arreguy, 2023, p. 1016). Nesse sentido, defendem que “[...]os estudos queer e conceitos da psicanálise podem auxiliar os professores na elaboração de um discurso que vá além da afirmativa ‘somos todos iguais’, pensado através da subjetividade da criança a qual não pode ter o espaço escolar como o seu ‘armário’” (Bastos; Arreguy, 2023, p. 1018).

Na pesquisa: “Educação infantil, gênero, sexualidade e diferenças: análise dos trabalhos do GT07 da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação”, Brandão e Sena identificaram que:

[...]na área da educação infantil, especificamente no GT07 do qual trata sobre temas relacionados a crianças de 0 a 6 anos, o tema tem sido emergente. Na concepção de Santos; Oliveira e Silva (2019, p. 1) houve “um aumento dos estudos e pesquisas que se ocuparam em compreender o cotidiano dos espaços de educação e cuidado destinados às crianças de zero a seis anos com foco nas relações de gênero” (Brandão; Sena, 2023, p. 1022).

De maneira geral os trabalhos evidenciam que as questões de gênero, sexualidade e diferenças permeiam o cotidiano da educação infantil e são atravessadas por objetos, brincadeiras, práticas pedagógicas, organização espacial, relações entre adultos e crianças que constroem, estabelecem e reforçam papéis, comportamentos e jeitos de ser meninas e meninos (Brandão; Sena, 2023, p. 1023).

Esses dados indicam a necessidade de pesquisas e debates que promovam junto aos profissionais de educação infantil reflexões sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nesses espaços, a construção de um olhar crítico do cotidiano escolar, a percepção de acolhimento das diversidades apresentadas pelas crianças.

Sousa e Ribeiro, em “Questões de gênero, resistência e infância(s) na amazônia paraense”, abordam como as crianças reproduzem os estereótipos de serem menina e menino, bem como a capacidade das crianças em romper com os modelos estabelecidos.

As crianças não apenas reproduzem os estereótipos de gênero que são reforçados, alimentados pela escola, elas (res)significam (são produtoras das culturas infantis) esses estereótipos de gênero, o que é de menina e o que é de menino é vivido intensamente pelas crianças na escola e norteia os seus afazeres cotidianos; – A brincadeira mostrou-se como um espaço-tempo-lugar em que as crianças experienciam, do jeito delas, as construções de gênero (masculinidades e feminilidades padrões) sociais, históricas e culturais impostas. No movimento de experienciar aquilo que é posto e que é considerado de menina e de menino, muitas vezes tornam-se (re) produtoras ativas de estereótipos de sentidos petrificados na sociedade, que criam barreiras intransponíveis entre elas e que segregam o brincar. No entanto em muitas situações, também são capazes de (re)significar os discursos androcêntricos que atravessam o brincar, o que lhes permite viver outras feminilidades e outras masculinidades, rompendo as barreiras entre os gêneros; – A escola lócus da pesquisa torna-se segregadora, no que se refere ao hábito de rotular no brincar o que é de menina e o que é de menino, interditando outras possibilidades de (re)significação (Sousa; Ribeiro, 2023, p. 1028-1029).

Para os autores, o estudo trouxe à tona

[a]s práticas de Tatá, uma garotinha de cinco anos de idade, que vive intensamente sua infância na escola, vive no “entre barreias” das relações entre os gêneros, suas práticas nos fizeram repensar o uso dos brinquedos, brincadeiras e seus significados na cultura patriarcal no qual estamos inseridas /inseridos; – Os artefatos como brinquedos e materiais escolares (cadernos, lápis, estojos, mochilas, garrafas e outros) presentes no cotidiano da escola se revelaram grandes dispositivos utilizados para reforçar os sentidos sexistas, os estereótipos de gênero. Sinalizam questões que precisam ser desconstruídas, desnaturalizadas pela/na escola (Sousa; Ribeiro, 2023, p. 1029, grifo das autoras).

Nesse sentido, sinalizado pelos trabalhos, as pesquisas no campo da sociologia da infância e os estudos decoloniais configuram-se como um caminho no movimento de escuta das diferentes crianças e infâncias sobre as suas vivências, inquietações e questionamentos em relação a gênero, sexualidade e diferenças.

Fernandes e Finco, no trabalho “Meus filhos, minhas regras? Olhares das famílias sobre as questões de gênero que permeiam a educação infantil, relatam que:

Os procedimentos metodológicos envolveram entrevistas semiestruturadas, realizadas com representantes de cinco famílias, caracterizadas como famílias nucleares, compostas por pai, mãe e um ou dois filhos/as, vivendo na mesma unidade doméstica. Sendo quatro mães: Regina, Clarice, Lourdes e Paula e um pai: Fabiano, com idade entre 36 e 44 anos, que possuem uma participação ativa na instituição de Educação Infantil, fazendo parte do Conselho de Escola (Fernandes; Finco, 2023, p. 1033).

As famílias demonstram-se abertas aos desejos e curiosidades de suas/seus filhas/os, e revelam esforços para não reproduzir os estereótipos e escapar das normatividades de gênero na educação familiar. Mostram que se preocupam com as expectativas de gênero sobre suas/seus filhas/os. O fato de terem irmãos e irmãs na mesma família amplia as possibilidades de reflexão sobre as pressões sociais de gênero, seja porque as famílias comparam a educação entre as crianças, seja porque as próprias crianças questionam as distinções de gênero em seus processos de socialização. As famílias acreditam que as meninas têm menos restrições que os meninos, afirmando que “é como se elas pudessem arriscar mais o universo considerado masculino” (Mãe Regina). Compartilham como é trabalhoso

ter sempre que dar justificativas, quando as crianças fazem suas próprias escolhas e escapam dos binarismos de gênero (Fernandes; Finco, 2023, p. 1033, grifo das autoras).

Evidencia-se a liberdade das meninas de vivenciarem diferentes experiências do universo masculino, podemos perceber isso nas brincadeiras. A fala da mãe Regina coloca em destaque as opressões que os meninos sofrem no exercício do papel do que se tem definido como ser homem, dentre eles, a não permissão do choro. Os homens são educados a não expressar os sentimentos, pois isso demonstra fragilidade e fraqueza, qualidades atribuídas às mulheres. Padrões de comportamentos que constroem uma masculinidade tóxica e oprimem os meninos de ser o que quiserem ser.

Considerações

A sessão de apresentação de trabalhos foi marcada por um debate intenso sobre diferentes questões que permearam o tema do Simpósio, e naquele momento a menina Tatá foi o símbolo da discussão de uma outra perspectiva de ser criança e uma menina subversiva dos estereótipos que definem o feminino. A mesa temática *Infâncias, Gênero, Sexualidade e diferenças*³ ampliou o foco para as crianças que participam das lutas por moradia e como as relações de gênero vão sendo construídas e definidas nesses espaços. Refletiu também sobre os estereótipos e preconceitos vivenciados por crianças trans nas escolas e a manutenção de práticas educativas que “naturalizam” a heteronormatividade.

3 Mesa temática: Infâncias, Gênero, Sexualidade e diferenças. Palestrantes: Profa. Dra. Acácia Batista Dias (UEFS); Profa. Dra. Márcia Gobbi (USP). Mediadora: Profa. Dra. Isabel Cristina de Jesus Brandão (UESB).

O Simpósio Temático Infâncias, Gênero, Sexualidade e Diferenças configurou-se como um importante espaço de debate e reflexão sobre as diferentes infâncias, no qual se destacaram os seguintes pontos: as questões de gênero e sexualidade é uma construção histórica e social e que a divisão binária de ser sujeito no mundo é atravessada por diferentes marcadores culturais; é necessário ouvir as crianças, as infâncias invisibilizadas (crianças negras, trans, gays, lésbicas, imigrantes etc.); precisamos ampliar as pesquisas e estudos sobre as questões de gênero e sexualidade com as crianças; é necessário investimento em políticas públicas de proteção das crianças, bem como em ações no espaço escolar que possibilitem um amplo debate sobre os referidos temas, a construção de uma escuta sensível e acolhimento das diferenças.

As pesquisas apresentadas evidenciaram as vivências das crianças no espaço escolar e também, é importante destacar, que a escola produz, difunde, promove e fortalece a discriminação e a exclusão dos diferentes, bem como o controle e o disciplinamento dos corpos infantis.

Assim, é necessário construirmos uma escola que realmente acolha as diferenças, desde o currículo, as relações entre os sujeitos, até na organização e planejamento dos espaços físicos. A escola pensa, por exemplo, no uso dos banheiros por crianças trans? Como pensar e construir escolas verdadeiramente inclusivas? Precisamos construir currículos subversivos à Base Nacional Comum Curricular, elaborada com o propósito de unificar diferenças, ou seja, ao mesmo tempo que busca disciplinar as diversidades, nos diz que basta de disputar os currículos e as identidades. Devemos ser homogêneos, a escola

tem que ensinar o que foi estabelecido. Segundo Arroyo (2020),⁴ “se estamos em tempos de mais rigidez, precisamos estar em tempos de mais disputas, de mais subversões”. E as crianças nos convidam a aprender a subverter, pois elas fazem isso diariamente como resistência e forma de sobrevivência a uma racionalidade adultocêntrica.

Destacamos que as crianças são sujeitos históricos e sociais. Nesse sentido, precisamos compreender o que elas manifestam, incorporam, resistem e transgridem em suas experiências que concerne a gênero, sexualidade e diferenças. Faz-se necessário também políticas públicas voltadas para o acolhimento das crianças e suas vulnerabilidades, que garantam seus direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade, como assegurado no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Durante as discussões que ocorreram na sessão de apresentação de trabalhos e na mesa temática, evidenciou-se a importância de inserir as crianças no Desfazendo o Gênero, bem como a necessidade de ampliarmos o debate sobre o tema. Sinalizamos as pesquisas no campo da sociologia da infância e os estudos decoloniais como uma alternativa de escuta das vozes das crianças que possibilitem trilhar caminhos subversivos nos quais seja possível as diferenças e diversidades de raça, gênero, sexualidade e tantas outras.

⁴ Live Sub_versões curriculares: para além do currículo. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CFA_u-jjz2B/?igsh=NGkzM2pka3YyMXN3.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Danielle Ferreira; ARREGUY, Marília Etienne. Toda criança é queer? “isto ou aquilo”. *In*: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2023, Vitória da Conquista, BA. **Cadernos de resumos** [...] [recurso eletrônico]. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023. p. 1015-1019. Realizado entre 10 e 14 de novembro de 2023 em Vitória da Conquista, BA / editor Antonio K.valo, curador Fábio Figueiredo Camargo. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/desfazendogenero2023/wp-content/uploads/2024/02/Caderno-de-resumos_DesfazendoGenero2023_Ebook.pdf. Acesso em: 05.04.2024.

BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus; SENA, Milene de Macedo. Educação infantil, gênero, sexualidade e diferenças: análise dos trabalhos do gt07 da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. *In*: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2023, Vitória da Conquista, BA. **Cadernos de resumos** [...] [recurso eletrônico]. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023. p. 1020-1025. Realizado entre 10 e 14 de novembro de 2023 em Vitória da Conquista, BA / editor Antonio K.valo, curador Fábio Figueiredo Camargo. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/desfazendogenero2023/wp-content/uploads/2024/02/Caderno-de-resumos_DesfazendoGenero2023_Ebook.pdf. Acesso em: 05.04.2024.

CARVALHO, Beatriz Girão Enes; PRADO, Vagner Matias do. Nem menino ou menina, apenas crianças! – o marcador social de gênero e seus atravessamentos na(s) infância(s). *In*: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2023, Vitória da Conquista, BA. **Cadernos de resumos** [...] [recurso eletrônico]. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023. p. 999-1004. Realizado entre 10 e 14 de novembro de 2023 em Vitória da Conquista, BA / editor Antonio K.valo, curador Fábio Figueiredo Camargo. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/desfazendogenero2023/wp-content/uploads/2024/02/Caderno-de-resumos_DesfazendoGenero2023_Ebook.pdf. Acesso em: 05.04.2024.

FERNANDES, Noeli Aparecida; FINCO, Daniela. Meus filhos, minhas regras? Olhares das famílias sobre as questões de gênero que permeiam a educação infantil. *In*: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2023, Vitória da Conquista, BA. **Cadernos de resumos** [...] [recurso eletrônico]. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023. p. 1031-1035. Realizado entre 10 e 14 de novembro de 2023 em Vitória da Conquista, BA / editor Antonio K.valo, curador Fábio Figueiredo Camargo. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/desfazendogenero2023/wp-content/uploads/2024/02/Caderno-de-resumos_DesfazendoGenero2023_Ebook.pdf. Acesso em: 05.04.2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 22. ed. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Revista Latinoamericana, n. 32, p. 119-142, Aug. 2019. ISSN 1984-6487. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/Cc68BmV888KZbTkwjwr495M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17.04.2024.

MORUZZI, Andrea Braga. Infâncias: necessárias articulações entre gênero e sexualidade e contribuições dos cadernos Pagu. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9 - DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 2010, Santa Catarina. **Anais eletrônicos** [...]. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Realizado entre 23 e 26 de agosto de 2010. ISSN 2179-510X. Disponível em: <https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares?impressao>.

SILVA, Catielli Susuani Dias da; BARBOSA, Claudia Faria. "Veado é um homem que virou mulher": desfazendo gênero a educação infantil. *In*: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2023, Vitória da Conquista, BA. **Cadernos de resumos** [...] [recurso eletrônico]. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023. p. 1005-1014. Realizado entre 10 e 14 de novembro de 2023 em Vitória da Conquista, BA / editor Antonio K.valo, curador Fábio Figueiredo Camargo. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/desfazendogenero2023/wp-content/uploads/2024/02/Caderno-de-resumos_DesfazendoGenero2023_Ebook.pdf. Acesso em: 05.04.2024.

SOUSA, Naire Gomes de; RIBEIRO, Joyce O. S. Questões de gênero, resistência e infância(s) na amazônia paraense. *In*: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2023, Vitória da Conquista, BA. **Cadernos de resumos** [...] [recurso eletrônico]. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023. p. 1026-1030. Realizado entre 10 e 14 de novembro de 2023 em Vitória da Conquista, BA / editor Antonio K.valo, curador Fábio Figueiredo Camargo. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/desfazendogenero2023/wp-content/uploads/2024/02/Caderno-de-resumos_DesfazendoGenero2023_Ebook.pdf. Acesso em: 05.04.2024.

XAVIER FILHA, Constantina. Sexualidade e identidade de gênero na infância. **Rev. Diversidade e Educação**, v. 3, n. 6, p. 14-21, jul./dez. 2015.

UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DO FILME “PÉ DE MULHER”, DE FELIPE FREITAS, ENVOLVENDO LINGUAGEM, GÊNERO, DIREITO E CINEMA

Hélvio Frank¹

Sofia Alves Valle Ornellas²

Silvana Beline Tavares³

Introdução

O cinema é uma arte que se utiliza do potencial da linguagem para mover polissemias de sentidos, que, do prisma multimodal/multissemiótico (Bateman; Schmidt, 2011; Kress, 2010), nos permitem construir, pela ficção, determinadas verossimilhanças. Essa condição é basilar para que o cinema aguce imaginação, provocando, em nós, efeitos de sentidos

1 Professor da Universidade Estadual de Goiás, Pesquisador do CNPq e Doutor em Linguística pela UFG (2013).

2 Professora da Universidade Federal de Goiás e Doutora em História pela UFMG (2015).

3 Professora da Universidade Federal de Goiás e Doutora em Sociologia pela UNESP (2008).

reflexivos, comparativos e inquietadores, e nos faça ler a vida conforme lemos as telas ficcionais. Com leitura crítica, o cinema possibilita ponderar fatos históricos, trazendo à tona questões importantes à sociedade.

O filme “Pé de Mulher” nos serve à compreensão de um período da história brasileira, em que às mulheres não era permitida a prática desportiva do futebol. Para o discutirmos, precisaremos recorrer a diferentes campos de conhecimentos e também a uma compreensão crítica sobre a história de direitos de mulheres no Brasil. Assim, de modo transdisciplinar, evocando a linguagem da arte para pensar o mundo em que vivemos, este texto explora a referida película para observar a opressão vivida por mulheres ao lhes ter sido negado o direito ao desporto, a partir de duas leis mencionadas na trama e que foram implementadas no Brasil entre os anos 1940 e 1965. Nas próximas seções, trazemos uma breve síntese do filme, explicamos a metodologia adotada no estudo e, por fim, analisamos discursiva e criticamente a trama aludida no curta.

O filme “Pé de Mulher”

O filme “Pé de Mulher” possui a duração de 14min23seg, foi produzido e dirigido por Felipe Freitas e premiado na categoria de melhor filme goiano de 2022 no 7º Festival Internacional de Cinema da Diversidade Sexual e de Gênero de Goiás. Seu roteiro se dá em forma de monólogo interpretado pela atriz Duda Borges, que traz o próprio nome para confidenciar os acontecimentos enquanto mulher que supostamente teria vivido e experienciado as proibições ao futebol mediante duas

leis diretamente citadas no filme: o Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, baixado pelo então presidente Getúlio Vargas, cujo texto, em seu artigo 54, proíbe às mulheres “a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (Brasil, 1941); e ainda seu desdobramento, que se dá a partir da Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos, de 1965, que regulamenta a proibição desportiva de mulheres à prática do futebol (Brasil, 1965). Trechos dessas leis são proferidos *ipsis litteris* durante o monólogo por uma voz grave, indexando semioticamente um discurso autoritário.

Às mulheres não se permitirá a prática de esportes incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (Brasil, 1941, art. 54). (Voz narradora masculina)

Não é permitida [à mulher] a prática de lutas de qualquer natureza, [do] futebol, futebol de salão, futebol de praia, [pólo aquático], pólo, [rugby], halterofilismo e baseball” (Brasil, 1965, n. 2) (Voz narradora masculina)

A trama, sob espécie de uma narrativa comum em gêneros documentários, confere um tom realístico por conta das leis que existiram à época, ao mesmo tempo que ficciona as histórias contadas e os sentimentos captados pela protagonista, de modo a levar pessoas telespectadoras ao questionamento da desigualdade de gênero (Butler, 2019), com foco nas estruturas machista, misógina e patriarcal existentes. O monólogo de Duda Borges retoma em verossimilhanças e em narrativas os possíveis sentimentos, sensações e experiências de ser mulher e de jogar futebol ao longo das quatro décadas de censura no Brasil.

A análise crítica de discurso como teoria-metodologia

Pautado no paradigma qualitativo de pesquisa, o estudo tem por método a análise crítica do discurso (Fairclough, 2001) com foco nas múltiplas modalidades e semioses (Bateman; Schmidt, 2011) do texto cinematográfico, em conjunto com a materialidade textual de duas leis exploradas no monólogo. Isso ocorre porque a trama gira em torno de dois absurdos jurídicos registrados na história das leis brasileiras e reflete diretamente na autonomia e na própria liberdade de mulheres.

Com base no *corpus*, foram problematizados alguns temas que ilustram sociológica e historicamente os direitos das mulheres localizados na segunda metade do século XX no Brasil. Portanto, informam práticas realizadas e/ou permitida às mulheres diante de uma determinação legal: não praticar futebol.

Em nossa análise, serão apresentadas imagens do filme a partir de *prints* de tela e, ainda, trazidos à tona os enunciados verbais mobilizados durante o monólogo performado por Duda e por uma outra voz que, como mostramos anteriormente, narra trechos dessas leis sem apresentar a materialidade de corpo em tela. Para registro escrito dessas vozes, foram realizadas transcrições literais com foco no conteúdo de sua produção.

Linguagem e cinema: dilemas entre ficção e realidade

Metz (2010, p. 76) afirma que “[a] especificidade do cinema é a presença de uma linguagem que quer se tornar arte no seio de uma arte que, por sua vez, quer se tornar linguagem”. É

exatamente esta a característica que encontramos no curta: um trabalho de arte com linguagem. Com isso, consegue se diluir uma ficção bem aproximada de uma realidade da história de resistência vivida por mulheres brasileiras na segunda metade do século XX. Apostamos, para tanto, que “[o] segredo do cinema é também isto: injetar na irrealidade da imagem a realidade do movimento e, assim, atualizar o imaginário a um grau nunca antes alcançado” (p. 28).

Para Bernardet (1980), o audiovisual se torna um recurso artístico potencial à reflexão e construção de memórias, a partir de suas formas de contar histórias em tempo sempre presente. Ainda que se constitua como gênero de ficção, o cinema lida diretamente com a característica de tornar um registro artístico uma miragem à realidade, e, com isso, possibilitar (re)invenção, deslocamento e (re)conhecimento de novas identidades. Para o autor, no cinema a realidade é sempre passível de questionamentos, uma vez se constrói sob intenção, técnica e ideologias que se manifestam desde a direção à própria produção fílmica. Nesse sentido, para Nichols (2005) certas tecnologias conferem estímulos para fazer o telespectador acreditar e construir uma correspondência da imagem com a realidade.

Nichols(2005)observaarelacionamentoentreficçãoedocumentário, já que alguns documentários aludem a práticas ficcionais (roteirização, encenação, reconstituição, ensaio e interpretação, por exemplo), ao passo que películas ficcionais se valem de técnicas de documentários durante a filmagem (uso de câmeras portáteis, ausência de ator atuando, improvisação, imagens de arquivo etc.). Em nossa pesquisa, o filme analisado transita entre

característica comuns a um documentário e à própria ficção, a partir da informação depoimental existente em um monólogo que fornece dados históricos verídicos.

Na película, é possível observar um trabalho linguístico árduo com o texto de monólogo, que se apropria de figuras de linguagem, algo característico da ficção (Martin, 2003), a fim de rememorar um acontecimento histórico no Brasil, com impossibilidade de ignorar uma consciência social abordada – a (ausência de) cidadania de mulheres em jogo político na história brasileira – sobre aquilo que seria algo ficcional: uma história contada por quem realmente não a viveu, no caso, a personagem Duda, por conta da pouca idade.

No filme, a metáfora funciona como atributo, inferência e/ou confirmação de valores que cercam as práticas sociais daquele tempo no qual continuamos divididos e historicamente localizados. Se o texto ficcional não se valida por todos os aspectos levantados, o teor de documentário surte efeitos de realidade aparente ao localizar historicamente a opressão vivida por mulheres brasileiras, alcançando um dinamismo de denúncia social por estabelecer verossimilhança com a historiografia e luta pertencente àquele grupo e ao tempo de prescrição legal.

Uma análise de “Pé de Mulher”: linguagem, direito e cinema

“Pé de Mulher” é uma película que, a partir de monólogos em forma de narrativas confidenciais e de rememoração de leis brasileiras historicamente localizadas pela protagonista dos depoimentos, traz um ar de realidade ainda maior sobre a ficção. A relação entre conhecimento histórico e agente, na obra

analisada, faz a trama registrada dizer mais “sobre cada um do que seria desejável mostrar” (Ferro, 2010, p. 31). Assim, o filme se faz de extrema relevância à compreensão localizada no tempo de uma sociedade, permitindo contrastes de expectativas entre épocas vividas.

Duda se apresenta em monólogo como uma mulher branca, magra, de cabelos pretos, médios e encaracolados:

Figura 1 – Atriz Duda Borges



Fonte: Os autores, 2024

Do ponto de vista estético-literário, há uma combinação entre elementos semióticos a serviço do texto audiovisual e uma mobilização lexical utilizada para trazer à tona metáforas que emergem ao longo da obra. Os dilemas prisão e liberdade, que mais tarde serão apreendidos como condição de ausência de direito inerente às mulheres daquela sociedade, são sugeridos logo na primeira cena. Nela, aparece um quarto com pouca iluminação e a atriz sentada à cama em um retrato simbólico de aprisionamento. Em contraste, temos a liberdade simbolizada pela claridade que se tem do lado de fora da janela e a ação da personagem de acordar e olhar para o brilho do horizonte externo.

Figura 2 – Cena do quarto da personagem



Fonte: Os autores, 2024

O primeiro enunciado de Duda, “Essa história não é de uma, mas de muitas”, inaugura uma série de incursões que vão restringir, na sequência, ao significado da rotina doméstica enfrentada por mulheres à época: “fazer café”, “lavar a louça”, “fazer almoço”, “limpar a casa”, “lavar roupa”, papéis esses que as mulheres assumem, na análise da personagem, para “manter o feminino”. Cada palavra emitida por Duda, no monólogo, é escolhida com maestria, para produzir determinados efeitos perlocutivos de sentidos, dos quais engendra poética em forma de denúncia narrativa.

É imprescindível que se case cedo e nunca irrite o homem, aceite tudo calada e de bom grado. Falta o que eu vejo chamarem de liberdade. Por um grande tempo eu não entendia o que é. Comigo as coisas precisam ser vividas. E o que vivisendo um pássaro na gaiola, eu não encontrei em livros, não ouvi ao vento, mas sim me vi nisso desde ainda uma menina.
(Voz de Duda)

Considerando que a história se passa durante a segunda metade do século XX no Brasil, mais precisamente nos anos de 1940 e 1980, dentro de um período patriarcal em que as mulheres, apesar de já terem conquistado o direito ao voto (1932), ainda se mantêm sob tutela do marido (Brasil, 1962), o ideal de liberdade delas é sempre questionado por Duda. No

decorrer da trama, a metáfora da liberdade adquire simbologias que se materializam na seguinte retórica de Duda: “O que uma menina faz encontrando liberdade? Liberdade em campo.”

Figura 3 – Cena retratando o campo como expressão da liberdade



Fonte: Os autores, 2024

Esteticamente, o monólogo cumpre com quesitos formais do gênero drama, na medida em que a personagem fala consigo mesma, conta suas histórias e, ao mesmo tempo, dirige-se ao público em tons de (auto)reflexão e de denúncia sobre a própria opressão vivida ao ter a privação de seus direitos desportivos enquanto mulher brasileira daquele tempo.

Em outra cena, podemos ver a foto de alguns jornais midiaticando o fato:

Figura 4 – Cena das mídias locais enfatizando o decreto



Fonte: Os autores, 2024

Com base na tridimensionalidade do direito cunhada por Reale (2003), a ideia de valor, em correlação com fato, tem um peso importante para a existência de uma norma. A esse respeito podemos perguntar em quais valores culturais estariam assentados os governantes e muitos brasileiros na segunda metade do século XX, ao serem guiados pelo propósito de institucionalizar a censura de práticas desportivas às mulheres.

Figura 5 – Cena de sangue se escorrendo pela pia de banheiro



Fonte: Os autores, 2024

A cena de sangue escorrendo pela pia antecipa uma narrativa em que Duda conta sobre uma agressão sofrida, que a fez sangrar o nariz como consequência de ter feito o gol em “uma pelada com os meninos na rua de trás”. Por esse motivo, ela recebeu dos garotos chutes e pontapés no rosto e também da polícia, após descumprir o decreto e ter sido pega em flagrante jogando futebol.

No dia em que os policiais apareceram, a gente tava no meio dum racha, empatado em 1 a 1, e eu tava pronta pra fazer o gol da virada. Mas, quando eu vi os primeiros, eu cuidei para que uma conseguisse correr, e assumi a culpa sozinha. Falei que eu tinha convencido elas, que era culpa minha que elas estavam ali. E aí eles me vendaram, me colocaram dentro do carro e me levaram pra um porão, era o que parecia pelas escadas, a gente passou por um corredor longo, e aí eles me botaram de frente para uma parede cinza. Ordenaram que eu ficasse ali parada, em pé. O medo tomava conta de mim sem saber o que aconteceria. E de hora em hora, um deles me

acertava nas pernas com o cacetete, para que eu entendesse e pensasse na verdadeira utilidade delas. Era o que diziam, né. E isso durou a noite inteira. [...] E mesmo assim, mesmo que eu apanhasse, no dia seguinte eu voltava pra jogar de novo. (Voz de Duda)

Além de, em pleno período de ditadura no Brasil, o poder legislar em desfavor de mulheres ao desporto, conduzindo-as à censura à prática futebolística, a qual, por consequência, reverberava em outras ausências de direito: o financiamento para competirem externamente e a própria profissionalização, é possível imaginar, pela narrativa de Duda, como essas jogadoras eram tolhidas de liberdade e, ao mesmo tempo, ameaçadas e violentadas fisicamente, com a punição exemplar autorizada pelo aparelho de repressão do Estado, que funcionava em cumprimento à lei, caso lhe desobedecessem. Embora houvesse ronda ostensiva e repressiva sobre a vida dessas mulheres, algumas resistiam e “driblavam” o decreto, fazendo partidas clandestinas e arrecadando fundos para eventos beneficentes ou mesmo por entretenimento.

O que acontece é que, quando uma mulher era pega jogando futebol, ou nos mandavam embora, ou os “homi” mandava a gente pro DOPS e desciam o cacete na gente, ou então nos mantinham presas por um dia inteiro ou mais pra refletir. Diziam que estávamos praticando terrorismo, subversão... dá pra acreditar nisso? Mas, não foi um decreto que parou a gente, não.

(Voz de Duda)

Essa proibição é osso, e eu sei que não sou a única mulher a resistir. A gente contra-atacou muitas vezes com toda a força possível. (Voz de Duda)

Além de violências físicas, essas mulheres sofriam violências simbólicas produzidas a partir de discursos médicos em vigência à época, os quais, dentro de relações de poder-saber (Foucault, 2007), endossavam a finalidade da lei sem a possibilidade de questionamento do senso comum. A estratégia discursiva

provenientes de instâncias de poder-saber é rememorada por Duda, que passa a refletir consigo mesma sobre como os discursos se orquestravam (Fairclough, 2001), para tentar coibir ainda mais mulheres às práticas desportivas.

Os argumentos médicos são de que se levamos cotoveladas no útero ou nos seios, ficaremos inférteis e sem possibilidade de amamentar. Quem iria contra fatos clínicos, né? Ficou ainda mais difícil de organizar partidas sem ser denunciadas. E outra coisa é que os olhares de parentes, da vizinhança para nós eram carregados de nojo e repreensão, e isso fez com que muitas se sentissem pressionadas a parar de jogar. E eu entendo, porque ninguém queria ser vista como a subversiva da família, a frequentadora de “antros de perdição”. (Voz de Duda)

Balizados por relações de poder-saber patriarcais e machistas, esses discursos de que “a natureza feminina” está em perigo, que beiram à misoginia, contribuía para a reificação de outros discursos domésticos aos quais seria delegado o papel exclusivo das mulheres: gerar filhos para a nação, contrair matrimônio, constituir família, cuidar do lar e da prole. Em partes do monólogo, podemos assistir ao jogo de palavras que remonta a problemas de gênero dentro de uma cisheteronormatividade social (Butler, 2019): a cabeça da boneca (que é um brinquedo de menina) se transforma em bola (brinquedo de menino), e a subversão social masculina do chutar praticado por Duda, dentro da barriga da mãe, quando bebê. Todo esse esforço de transgressão de Duda acabou sendo, com as normas implementadas, a razão de seu sofrimento por não mais poder fazer o que quisesse.

Com a opressão vivida pela ausência de direitos que, porventura, conferissem dignidade às mulheres, as desigualdades de gênero que assolavam aquelas mulheres, firmadas nas estruturas do patriarcado, do machismo e da

misoginia, colaboram para o próprio drama pessoal de não pertencimento e de não existência em sociedade. Veja o depoimento em monólogo:

Desde que dei meus primeiros passos, aqueles de quem precisa se equilibrar, ou desde que formei minhas primeiras palavras, aquelas de quem precisa se expressar, eu não me sinto aqui. Eu cresci em meio a um país de turbulência, e nós fomos deixadas de lado. Não tem valor, não tem espaço, não tô aqui. Nem nos jogos mais disputados, nem nos piores dias dentro de casa, eu senti essa tensão nos meus dentes. Eu fecho os meus punhos, mas não sei exatamente quem ou o que eu devo golpear, porque o que me impede de ir em frente é grande demais, tem raízes profundas demais. (Voz de Duda)

Eu queria poder sentir como se realmente fizesse parte desse mundo, mas ele parece ser deles, só pra eles. (Voz de Duda)

É possível deduzir que a norma criada por autoridades reflete o pensamento da época, uma visão que delegava determinados papéis de gênero às mulheres (Butler, 2019), dentro de uma sociedade capitalista, com objetivos de manter sua dinâmica e modos de produção. O útero sagrado e pertencente ao Estado era, então, constantemente vigiado por discursos religiosos e médicos, enquanto mulheres tinham suas práticas compelidas, então, por uma ordem legislativa com a absoluta intenção de manter o modo de produção capital e a mão de obra barata a ser explorada no mercado. A resistência de mulheres transgressoras da lei, mais do que não parar com as partidas de futebol, ecoando os pensamentos do monólogo, se resumia na expectativa de idealizar um mundo em que seu corpo biológico não fosse um condicionante hierárquico em sociedade:

Eu quero colocar meus pés em campo, sentir a brisa em meu rosto, sem pensar sobre todos os olhares. Estar lá não me faz menos mulher, assim como nos proibir não os faz mais viris. E nas minhas veias, corre o sangue de um desejo sobre o qual eles não têm poder e nem definição. Como podem saber o que é melhor pra mim? O que mais eu preciso acatar pra poder

fazer o que eu quero? Na verdade, se alguém quer realmente saber, não há nada mágico em um campo de futebol cheio de mulheres em chuteiras, não é um milagre e nenhuma de nós ali carrega um fardo. É tão natural quanto a água que sobe até o céu. (Voz de Duda)

A gente não faz coisas impróprias. Só joga. (Voz de Duda)

A partir de uma análise discursiva crítica do filme “Pé de Mulher” (Fairclough, 2001), pudemos notar o período de censura ao desporto e, ao mesmo tempo, de discriminação vivido por mulheres nos anos de 1940 a 1980, quando, definitivamente, o que não é explorado na película, parece, por conta da luta das mulheres, alcançar um rumo ético: em 1979, elas conquistam historicamente o direito à prática de futebol também por decreto.

Mais do que a suposta ficção que a arte cinematográfica nos faz enxergar, foi historicamente real a opressão sofrida por mulheres em nosso país. O Brasil de hoje ainda é uma realidade que, em muitos momentos, nos faz questionar se algumas coisas são ou não ficcionais. O que queremos aventar é que é muito fluído o movimento de emancipação e de desigualdades de gênero em que nos situamos, porque também diz respeito a um passado recente por nós muito mal resolvido, representando uma formação brasileira classificada, definida e hierarquizada no sexo biológico. Mais do que o desrespeito e a falta de cidadania e de direito às mulheres, é predominante ainda uma cisheteronormatividade binária que não permite a coexistência de outros gêneros com a masculinidade (Butler, 2019), a menos que esses estejam hierarquicamente inferiorizados nas relações sociais.

Por outro lado, nosso anseio é urgente e se esbarra nas palavras de Duda Borges no filme: “nossos pés [em relação

às mulheres] cabem muito bem numa chuteira”. É com essa resistência que precisamos seguir, na tentativa de afinarmos cada vez mais nossas lutas, movimentos e manobras políticas, em prol de uma aproximação e legitimação de direitos e garantias legais não apenas às mulheres, como nos dá a entender o filme, mas a todos os gêneros e agêneros.

Considerações finais

Analisar um filme como “Pé de Mulher” reflete na força educativa, política e estética do cinema (Duarte, 2002; Zambonato; Souza, 2010) e, ao mesmo tempo, na potencialidade do debate que sua projeção porventura possa suscitar em nossa sociedade. A partir da veiculação discursiva e imagética da ficção (Fairclough, 2001; Bateman; Schmidt, 2001; Kress, 2010), alguns temas, como o direito de mulheres, continuam muito necessários à sociedade. O curta-metragem escolhido para análise nos chama a atenção, entretanto, pelo locus de sua enunciação: um evento especificamente voltado a temáticas de gênero, cujas obras premiadas, talvez por questões de acesso, geralmente não circulam às várias comunidades que temos em nosso país.

Contudo, insistimos no direito ao cinema como arte educadora que possibilita leituras, diálogos e reflexões em sociedade (Martinez, 2015), tal qual a que fizemos neste estudo. Sobretudo um direito à arte como forma de resistência para fazer pensar sobre formas humanas de resistência e existência (Kamita, 2017), como foi o caso das mulheres representadas por Duda, dentro de um cenário social marcadamente machista,

misógino e héteronormativo-patriarcal. Para que se fomentem tais re-existências, para que surjam reflexões passíveis de crítica, é preciso que questões de direito e de acesso a formas de arte, apareçam e movimentem pautas e agendas políticas em torno de determinados assuntos em nosso Brasil do ontem e do hoje. Porque quem controla o passado e o presente controla o futuro.

REFERÊNCIAS

BATEMAN, J. A; SCHMIDT, K.H. *Multimodal film analysis: how films mean*. London: Routledge. 2011.

BERNARDET, J. C. *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.199*, de 14 de abril de 1941. Estabelece as Bases de Organização dos Desportos em todo o país. 1941.

BRASIL. *Deliberação CND nº 7/65* – Baixa instruções às Entidades Desportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres. 1965.

BRASIL. *Lei nº 4.121*, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. 1962.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DUARTE, R. *Cinema & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERRO, Marc. *História e cinema*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KAMITA, R. C. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1393-1404, 2017.

KRESS, G. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. London: Routledge, 2010.

MARTIN, M. *A Linguagem Cinematográfica*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARTINEZ, R. O. *Direito e cinema no Brasil: perspectivas para um campo de estudo*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

METZ, C. *A significação no cinema*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

PÉ de mulher. Direção de Felipe Freitas. Produção de Duda Borges. Rio Verde, GO, 2021. 14'28. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=46OCuju4Nag> Acesso em 15 mai. 2023.

REALE, M. *A teoria tridimensional do Direito*. Lisboa: Casa da Moeda, 2003.

ZAMBONATO, C. D.; SOUZA, M. S. de. Projeto espreita: o cinema como prática pedagógica no curso de direito da UFSC . *Revista Direito e Práxis*, v. 1, n. 1, p. 100–109, 2010.

DA REALIDADE TOMADA COMO NORMAL ÀS DINÂMICAS DO GÊNERO: PERFORMANCE E PERFORMATIVIDADE NAS TEIAS DO SUJEITO

Anderson Fontes Passos Guimarães¹

Ao tomar a normalidade, forjada através dos padrões estabelecidos pelo poder, por meio de saberes e práticas hegemônicas, como um artifício que controla o indivíduo, regulando suas ações e moldando as suas expectativas (Foucault, 1995), temos na concepção foucaultiana que o indivíduo, mesmo estando imerso nesta normalidade, não é meramente objeto de exercício do poder, estando sob domínio dele, mas também exercendo domínio sob outros ao reproduzir as regras estabelecidas pelo poder.

Seguindo com a compreensão de Foucault (2006) sobre o poder, em que não se trata de algo estanque, unicamente repressor e exercido em apenas um vetor, mas sim, de uma rede de relações dispersas, na qual os indivíduos ao mesmo tempo que são produtos e estão sob a égide dele, também se comportam como genuínos articuladores dessa instância, que chamamos de poder.

¹ Professor do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia. E-mail: anderson.fontes@ufba.br

Butler (2019) corroborando com as ideias de Foucault (1995) sobre o poder, coloca que a sujeição a qual o sujeito está exposto é bastante contraditória, pois o poder à medida que, comumente, pode ser visto como aquilo que nos oprime, é também formador do sujeito.

Assim como em Butler (2019, p. 19), a formação do sujeito não ocorre apenas na subordinação, esta também “lhe proporciona a condição de possibilidade”, ou seja, a condição potencial de produzir novos efeitos. Sendo assim, não seria possível a ninguém se tornar sujeito que não fosse pela via da subordinação, considerando que é nela mesma que reside a possibilidade da potência, por meio da qual serão possíveis as ressignificações das experiências e das interações sociais (Furlin, 2013).

Butler (2006) afirma que a identidade de gênero é um processo performativo de repetição das normas culturais expressas nas práticas normativas. Gênero é entendido aqui, portanto, como a configuração de uma série de atos performativos, desacoplados de qualquer suposto papel que o sujeito devesse desempenhar por conta de sua condição biológica (Firmino & Porchat, 2017).

Butler (2006), ao tempo que reconhece que as pessoas acreditam serem definidas por aquilo que sua suposta identidade estabelece, também discute que essas limitações impostas pela matriz heterossexual² podem converter-se em possibilidades que lhes facultem transgredir estas fronteiras. Essa matriz vai excluir e menosprezar o feminino nas relações de poder a partir das quais se constituem a identidade, informando a ideia de que o sujeito só poderá identificar-se com o binarismo aceito

² Butler (2010, p. 215) utiliza este termo para referir-se à grade de inteligibilidade cultural na qual os sujeitos são naturalizados, segundo ela, é a “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, os gêneros e os desejos são naturalizados”.

socialmente, estando de acordo com sua genitália (Navarro, 2008).

Portanto, a identidade para Butler (2006) é questionada nos termos de que se trata realmente de uma descrição da realidade ou quer se referir a uma imposição advinda das normas sociais, revelando-se como um mecanismo cujo propósito seria a garantia da continuidade do sexo e do gênero como algo estáveis, a fim de não abalar as estruturas sociais.

Considerando isso, ao pensarmos que algumas pessoas não se identificam com as normas e regras atribuídas socialmente a elas por conta do seu gênero, como é o caso dos gays afeminados, e também de algumas mulheres e homens que questionam a imposição social de papéis de gênero a cada um deles devido aos modelos de feminilidade e masculinidade, podemos compreender a existência de conflitos sociais no seu cotidiano, e o quanto necessária se fará a desenvoltura com estratégias de convivência e de enfrentamento social, aos quais estou tratando nesta tese como performance e performatividade de gênero.

Tendo em vista, que as práticas regulamentadoras do gênero imprimem uma suposta verdade sobre os corpos para forjar identidades como sendo coerentes, naturais e fazer parecer que estão revelando a essência desses corpos, podemos analisar o quanto essas práticas estão servindo para autorizar a existência de determinadas identidades, aquelas que seguem a linearidade sexo – gênero – comportamento – desejo – práticas sexuais, e o quanto estão a serviço da interdição de identidades que escapem disso (Butler, 2010).

Butler (2010) argumenta que a fundação do desejo heterossexual demanda uma relação, que além de assimétrica,

seja de oposição, na qual feminino e masculino sejam assimilados como característica inatas dos corpos da fêmea e do macho humano, respectivamente, e a noção de construção social, portanto, do gênero, seja afastada e confundida com ideologia ou doutrinação.

Temos, assim, que gênero como construção sócio-histórica pode ser compreendido a partir, primeiramente, da premissa de que possui um caráter cultural arbitrário, só podendo ser conhecido em relação à determinada cultura, uma vez que abarca características diversas a depender do contexto sócio-cultural do qual faz parte; e, em seguida, partindo do seu caráter relacional, apenas sendo viável concebê-lo em relação ao outro (Scott, 1990). Portanto, a manifestação do desejo do sujeito é antecedida pelas relações sociais, fazendo com que ele sofra a interpelação do gênero ainda no ventre em que foi concebido, quando da condução pelo domínio da linguagem considerada adequada (Butler, 2006).

No curso da vida, essa interpelação passa a ser reiterada com o intuito de reforçar o efeito esperado e naturalizá-lo; dessa forma, a linguagem ganha status de definidora da verdade e o poder legitima a construção excludente no gênero (Butler, 2010; Navarro, 2008). O que Butler (2006) propõe é que o ato de nomear um sexo (no momento da realização do ultrassom da pessoa grávida, ao avistar uma vagina ou um pênis no feto, inferir: é menina! é menino!) já é um ato performativo, imbuído de coerção e dominação, instituindo uma realidade social por meio da construção de uma percepção acerca do corpo, desconhecida ainda pelo próprio sujeito do corpo, sem sequer o seu aval.

O ato de nomeação não garante que a pessoa que irá nascer adquira a significação atribuída socialmente à identidade de gênero que lhe foi imposta, mantendo ao longo da vida a estabilidade e a coerência desejada pela sociedade. É necessário, então, que este ato seja reiterado por toda sua vida, esforçando-se para buscar o resultado esperado: “feminilizar-se” ou “masculinizar-se” conforme seu gênero (Reis, 2014).

É a partir desse entendimento que Butler (2009a, p. 200) concebe o gênero como uma “identidade tenuamente construída no tempo”, através de um processo repetitivo incorporado por meio de gestos, comportamentos, maneirismos e estilos, tratando-se de uma ficção cultural, efeito performativo de atos reiterados de regimes sexuais regulatórios reconhecidos a partir de padrões de inteligibilidade de gênero, em que seu principal objetivo é forjar uma suposta coerência e uniformidade com a matriz heterossexual. Butler (2002, p. 65-66) segue com seu raciocínio argumentando que as enunciações acerca do gênero induzem à heterossexualidade e, embora, jamais alcancem a norma em si permanecem governando os corpos como se isso fosse possível.

Assim, o sujeito passa a existir somente à medida que se sujeita às regulações ditadas pelo poder, sejam por via institucionais, sociais, educacionais, legais ou psicológicas. Por esta razão que Butler (2006, 2009) entende as identidades de gênero como sendo tênues e sutis, principalmente, porque a garantia dessas identidades precisa da constante convocação social para os sujeitos sentirem-se inseridos no gênero, além disso, na própria subordinação são produzidas forças de resistência tornando o sujeito capaz de subverter a norma mesmo aderindo à repetição dela.

Portanto, esse sujeito é construído no processo de formulação dos discursos dos atos reiterados (construto performativo). Nas palavras de Salih (2012, p. 66):

Butler argumenta que a identidade de gênero é uma sequência de atos (uma ideia que se assenta em teorias existencialistas), mas ela também argumenta que não existe um ator (um *performer*) preexistente que pratica esses atos, que não existe nenhum fazedor por trás do feito. Ela esboça aqui uma distinção entre *performance* (que pressupõe a existência de um sujeito) e *performatividade* (que não o faz). (...) o sujeito não está exatamente onde esperaríamos encontrá-lo – isto é, ‘atrás’ ou ‘antes’ de seus feitos.

Em sua obra “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, Butler ainda trata performance e performatividade como sinônimos, sem se importar com a diferenciação dos termos, uma vez que o que interessava à autora era a ideia de um sujeito que realizava atos como um ator que contracenava algo que foi imposto a ele (Reis, 2014). Com críticas que foram surgindo acerca dessa confusão entre os termos, Butler (2006) elucida, após análise da obra, que performance não se trata do termo mais adequado para a sua teorização do gênero, pois demanda um sujeito que esteja antes das normas, não sendo admissível tal possibilidade.

Com isso, a teoria de performatividade de gênero de Butler (2006) quer demonstrar é que crescer socializado como sendo de um gênero é “encenar” inevitavelmente o que se acredita que seja a ideia original daquele gênero: as gesticulações, as intensidades, os papéis, e por fim, todas as representações que esse gênero estabelece socialmente, portanto, sem a agência como fator principal.

Sendo assim, a performatividade de gênero diz respeito à reiteração e repetição, de forma estilizada, das normas sociais referentes ao gênero, que vão se cristalizando e ganhando

aparência de uma substância incontestável como se fosse inerente ao sujeito. Butler (2006, p. 200) diz que “essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação”.

A matriz das relações de gênero é compreendida como existente anterior ao sujeito, pois trata-se da sequência de atos que está inevitavelmente ocorrendo, sendo impossível a existência de um agente fora dos termos de gênero (Butler, 2006). Dessa maneira.

Considerando essa concepção de gênero, baseada na imitação e na repetição de atos apresentados como sendo a representação do original daquele gênero, verificamos que tanto o sujeito que possui correspondência social adequada entre seu sexo e o gênero, quanto aquele que “teatraliza” o gênero diferente do que é ditado socialmente para o seu sexo, desempenham a performatividade (Reis, 2014).

Arruda, Colling e Nonato (2019) propõem a utilização do termo “perfechatividades” para referir-se às performatividades de gênero que rompem com a cadeia de significados imposta pela norma. Trata-se de uma profusão de conceitos, segundo eles, entre “fechação”-performar uma acentuada expressividade feminina, encenando trejeitos, tons de voz e performatividade -, ou seja, “performar a fechação corresponde a um instante intencional de fazer seu corpo contar, diante do outro, como fechativa” (p. 26), e o conceito de performatividade de Butler (2006).

Conceito esse que tem suas preocupações voltadas, de acordo com Arruda, Colling e Nonato (2019, p. 31), “para o

que fica entre esses dois extremos: a fechoação que existe na performatividade e a performatividade que existe na fechoação". A proposta dos autores não é a de sobreposição dos termos de performance e de performatividade, confundindo os limites conceituais entre ambos, mas sim, de inserir a noção de fechoação no entendimento da performatividade; segundo eles:

[a] perfechatividade pretende superar os limites conceituais de uma terminologia que não auxilia a compreender a experiência das bichas afeminadas e fechativas que... em situações limites, apropriam-se voluntariamente de seus movimentos corporais, acentuando ou diluindo expressividades anexadas pelo transcurso temporal e espacial de repetições performativas de gênero (Arruda, Colling & Nonato, 2019, p. 30).

Arruda, Colling e Nonato (2019) sinalizam que tanto a fechoação quanto a performance acentuadamente afeminada ocorrem com maior intensidade dependendo dos lugares e contextos mais ou menos favoráveis e dos interesses desses sujeitos, o que envolve agência e consciência reflexiva dos atos a serem encenados.

Os autores notam que quando os gays fechativos e/ou afeminados amenizam suas fechoações e seus comportamento afeminados, por conta de lugares e situações perigosos, estão atuando na lógica da performance. Embora seriam atos performativos, que em situações que não apresentassem perigo e ameaça às suas vidas, agiriam de forma espontânea e acreditando estar representando a própria essência.

Comovisto, então, estudos³ que problematizam os conceitos de performance e performatividade de gênero já existem.

3 Murilo Arruda defendeu a tese de doutorado "O corpo e o gênero fechativo pelas ruas de Salvador" em 2017 e no mesmo ano Murillo Nonato apresentou sua dissertação de mestrado "Problemas de gênero de um gay afeminado". Essas pesquisas serviram de base para a produção, em 2019, do artigo "Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero" juntamente com Colling.

Nessas pesquisas, percebemos que os gays afeminados e/ou fechativos trazem em suas experiências marcadores que questionam a oposição entre performatividade e performance.

Esta discussão de que tanto performance quanto performatividade podem ser movidas, ora, por consciência reflexiva dos seus atos e, ora, pela repetição desses atos sem a agência como fator primordial, tem sido desenvolvida em trabalhos recentes como, por exemplo, o de Arruda, Colling e Nonato (2019). A própria Butler (2002, p. 7) já tinha discutido sobre a questão quando revisa sua obra sobre os conceitos e argumenta que a expressão “o gênero é performativo” acabou gerando duas interpretações completamente opostas e equivocadas: “a primeira era de que elegemos radicalmente nossos gêneros; a segunda, que estamos absolutamente determinados pelas normas de gênero”.

Na tentativa de desfazer esse equívoco, Butler (2002, p. 7) argumenta que, de fato, embora, sob influência das normas, existem desvios dela e que esses acabam “sugerindo que algo “queer” opera no coração da performatividade de gênero”. Sobre estarmos sob o domínio das normas e de se sermos afetados por elas, a autora segue complementando:

a condição de ser afetado, é também o lugar onde algo estranho pode acontecer, onde a norma é rechaçada ou revisada, ou onde começam novas formulações de gênero.... Precisamente porque algo involuntário e inesperado pode ocorrer neste reino em que “somos afetados”, encontramos formas de gênero que rompem com os padrões mecânicos de repetição, desviando-se, resignificando e, às vezes, rompendo bastante enfaticamente essas cadeias citacionais da normatividade, dando origem a novas formas de gênero (Butler, 2002, p. 7).

O termo “perfechatividades”, surge então, como proposta de Arruda, Colling e Nonato (2019, p. 23) para nomear este “algo

queer” citado por Butler, já que se trata de uma “performance de gênero intencional utilizada apenas em determinados contextos, locais e com determinadas pessoas”.

A discussão que proponho é a de que por se tratarem de performatividades as quais não são compreendidas, socialmente, para serem reproduzidas por aqueles corpos, o sujeito será convocado, cotidianamente, a exercer maior grau de consciência reflexiva se quiser exercer a feminilidade com a qual se identifica (assim, havendo agência, no que seria compreendido como performatividade), tanto quanto os gays não assumidos que intensificam a masculinidade em suas performatividades por já saberem do preconceito e da violência que podem sofrer caso deixem resvalar a sua condição de homossexual, portanto não cabendo a adoção do termo “perfechatividade” para uso neste estudo.

Por isso, embora reconheça a importância e a intenção de proporem o termo de perfechatividades de gênero para alcançar aquilo que os gays fechativos e/ou afeminados estavam apontando em suas experiências, faz-se necessário ter de lidar com a possibilidade de borrar as fronteiras conceituais entre performance e performatividade, para tratar do quanto um conceito pode estar se referindo ao outro, e discutir que qualquer sujeito (homo ou heterossexual, trans ou cisgênero⁴, mulher ou homem) exerce tanto a performance quanto a performatividade

⁴ Pessoa que se sente identificada com a identidade social de gênero que lhe foi imposta no momento do seu nascimento por conta da sua genitália. Em contrapartida, pessoas trans são aquelas que não se sentem identificadas com essas identidades sociais impostas ao nascerem e transitam entre elas, identificando-se com uma ou mais diferentes da que lhe foi imposta devido à sua genitália, ex.: mulher trans, homens trans, travestis, não-binário, gênero fluido, crossdresser (termo se refere, comumente, a homens que usam, com alguma frequência, roupas, maquiagem e acessórios culturalmente associados às mulheres. Essa prática é uma forma de expressão de gênero e não é realizada com finalidade artística).

nas suas vivências do gênero, sejam eles fechativos ou não, afeminados ou não.

O que discuto nesta tese, contudo, é que mesmo sabendo que qualquer pessoa, independentemente da sua identidade de gênero ou da sua orientação sexual, incluindo, sua expressão social (se afeminado ou se masculinizada), exerce a performatividade, temos que, quanto mais distante da regulação social acerca do gênero o sujeito estiver, maior será a sua necessidade de consciência reflexiva e capacidade de agência para performatizar o gênero, para, inclusive, refletir sobre os desdobramentos dos seus atos performativos e o quanto isso pode acarretar em machismo, homofobia, transfobia, enfim, em violências que ameaçam a sua existência enquanto sujeito gendrado.

Da mesma forma, ainda que se reconheça como cisgênero, hetero e se comporte adequadamente conforme as normas regulatórias do gênero, o sujeito, enquanto adolescente, por exemplo, a fim de convencer as pessoas de que ele é um homem (ou uma mulher) verdadeiro, poderá fazer uso de expressões, socialmente, reconhecidas como de determinada identidade de gênero para performatizar o seu gênero. Ou ainda, também enquanto adulto, toda vez que se deparar com alguém que desvia da lógica cis-heteronormativa, poderá, conscientemente, acessar o imaginário social que acredita ser verdadeiro em relação à sua vivência de gênero e agenciar essas expressões de gênero para que o confronto com o desviado não lhe convença do contrário.

A confusão conceitual entre performance e performatividade a qual retornaremos pode fazer com que ambas percam o seu

sentido e que seja questionado, então, o “para quê” mantê-las com denominações diferentes. A partir da proposição de Joan Scott (1990) em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado originalmente em 1986, no qual ela propunha a utilização do gênero, não mais como categoria descritiva, mas como categoria analítica, principalmente, para perceber as relações de poder, proponho a manutenção dos termos performance e performatividade de gênero enquanto termos divergentes: primeiro, compreendendo que, descritivamente, por mais que Butler tentou diferenciá-los, eles permanecem com suas definições borradas e fragilizadas, em especial, quando nos referimos a corpos que escapam das normas; e, segundo, que adotemos a perspectiva analítica em nossas leituras para compreendermos performance e performatividade como estratégias de convivência e de enfrentamento social, a fim de remontarmos às estruturas de poder as quais forjou o próprio gênero.

Em outras palavras, possibilitar que percebamos quando performance está funcionando como performatividade e quando performatividade está funcionando como performance para que tensionemos as normas regulatórias do gênero e compreendamos que o sujeito também é formado nessa dinâmica de revezamento, que só acontece porque a norma se elege como referência e delega aos que lhe contradizem a abjeção.

Nisso, o gênero enquanto construção discursiva está a serviço do poder, reduzindo as possibilidades de expressão, delimitando espaços de convivência e estabelecendo normas possíveis para a existência social. Aqueles que desobedecem a

essa linearidade, vivenciando alternativas para suas experiências relativas ao gênero, são convocados a exercer um processo constante de reflexão sobre suas gesticulações, tonalidade de voz, quais lugares e pessoas favoráveis para se sentir à vontade e não precisar simular encenações mais ou menos próximas da expectativa social em relação ao gênero, ou seja, uma gama complexa de artefatos que é compreendida como performance termina por ser utilizada para se incorporar à performatividade do sujeito, sendo ambas traduzidas como estratégias de convivência e de enfrentamento social.

Diante do exposto até aqui, já podemos começar a vislumbrar a linha argumentativa sob a qual sustento a minha tese: performance e performatividade, ambas podem ter como mote a consciência reflexiva e o agenciamento pelo sujeito, revezando-se com a condição de reificação de atos discursivos por conta de identificação sem ter a agência como característica primordial.

A argumentação de que, quando a agência é exercida deixa de ser performatividade e passa a ser performance, e, que quando a agência vira algo secundário dando espaço à repetição dos atos, deixa de ser performance passando a ser performatividade, não contradiz a tese que defendo, pois asseguro que, enquanto categorias descritivas, caracterizadas por Butler (2010), como conceitos que se diferenciam entre si, performance e performatividade podem não fazer sentido se consideradas apenas por este viés, justamente por conta do argumento exposto acima.

No entanto, ao considerarmos ambas como categorias analíticas, ainda que por conta da sua dimensão descritiva,

quando 'agência' e 'repetição de atos por mera identificação' invertem o protagonismo e por isto, dizer que deixou de ser uma para ser outra ou vice-versa, ratifico que por conta do contexto, das relações de poder e por se tratarem de estratégias de convivência e de enfrentamento social, performance e performatividade permanecem com suas respectivas funções ainda que assumam características uma da outra.

Quando pensadas apenas em suas dimensões descritivas, portanto, elas podem ser confundidas conceitualmente e, então, ser alegado que se deixou de ser performance passando a ser performatividade (e vice-versa). Contudo, quando pensadas enquanto categorias analíticas, ou seja, considerando que se tratam de estratégias sociais de convivência e de enfrentamento, e que tem suas existências atravessadas por contextos adversos e por relações de poder diversas, nota-se que permanecem funcionando a partir de suas respectivas intencionalidades: na performance, para, conscientemente, teatralizar e entreter; e na performatividade, a fim de socializar e de existir. O que não quer dizer que tanto uma quanto outra não possam desempenhar ambas as funções; esta é outra percepção que esta pesquisa pretende trazer.

Portanto, assim como o gênero, que se trata de um conceito complexo e inacabado, sigo com a possibilidade de manter os termos performance e performatividade, com seus significados distintos, a fim de ser possível a realização de uma análise crítica das experiências dos sujeitos, ou seja, tomando esses termos como categorias analíticas e não somente como descritivas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. *Criticamente Subversiva*. In: JIMÉNEZ, Rafael. *Sexualidades Transgresoras – una antología de estudios queer*. Barcelona: Icaria/Ausiàs Marc, 2002, pp. 55-81.

BUTLER, Judith. *Desdiagnosticando o gênero*. *Physis*, Rio de Janeiro, 19(1), 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BUTLER, Judith. *Vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

COLLING, Leandro; NONATO, Murillo e ARRUDA, Murilo. *Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero*. *Cadernos Pagu*, 57, 2019, pp. 1-34.

FIRMINO, Flávio e PORCHAT, Patrícia. *Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “Problemas de Gênero”*. *Rev. Bras. Psicol. Educ.*, Araraquara, 19(1), jan./jun., 2017, pp. 51-61.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FURLIN, Neiva. *Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social*. *Sociedade e Cultura*, 16(2), 2013, pp. 395-403.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NAVARRO, Pablo. *Del texto ao sexo – Judith Butler y la performatividad*. Barcelona/Madrid: Editorial Egales, 2008.

REIS, Daniele. *Butler: política, performatividade e desconstrução do gênero*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2014.

SALIH, Sarah. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), jul-dez., 1990. [1986]

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

O MUNDO PRECISA DE CIÊNCIA E A CIÊNCIA PRECISA DE MULHERES

Laysla Bomfim Adam

Luciana Aguilar-Aleixo

A invisibilidade feminina na Ciência

“O mundo precisa da Ciência e a Ciência precisa de mulheres”, essa é uma daquelas frases que apesar de não ter uma creditação específica, possui um propósito bem específico e universal: ressaltar o protagonismo feminino na Ciência e na sociedade!

Ao longo dos anos, as mulheres vêm enfrentando diversos desafios no âmbito social, resultado de uma série de fatores como: estereótipos de gênero, assédio, preconceitos, discriminação e desigualdade. A luta por mais espaço e reconhecimento é marcada por desafios históricos que têm como objetivo a busca por equidade, respeito, oportunidades, saúde e direitos quanto ao próprio corpo e principalmente a desconstrução dos estereótipos empregados por uma sociedade machista e patriarcal.

A despeito das mudanças ocorridas nas últimas décadas no que diz respeito à escolaridade feminina e à sua participação

no mercado de trabalho, as mulheres ainda enfrentam discriminações como menores rendimentos, dupla jornada de trabalho e falta de poder político e social¹.

Na Ciência, os obstáculos enfrentados pelas mulheres são multifacetados e complexos, frequentemente levando à subestimação de suas habilidades e do seu potencial. Isso é evidenciado pela representação ainda limitada das mulheres na área, onde elas compõem menos de 30% dos pesquisadores em todo o mundo². A invisibilidade feminina na Ciência é lamentavelmente um fenômeno presente na sociedade, que suscitou pesquisas encobertas e muitas vezes colocou suas contribuições à sombra dos seus colegas masculinos, sem os devidos créditos.

O debate do papel das mulheres não é recente, ele remonta ao longo da história da sociedade^{3,4}. A Ciência está repleta de exemplos de mulheres cujas contribuições foram invisibilizadas. Avanços e descobertas científicas que moldaram nossa sociedade, mas que foram frequentemente negligenciados em termos de mérito e atribuição, sendo creditados exclusivamente aos homens. Nomes como os de Rosalind Franklin, Barbara McClintock, Lise Meitner, Chien-Shiung Wu, Bertha Lutz e muitas outras mulheres podem ser lamentavelmente citados para destacar a injustiça histórica que obscurece o papel fundamental das mulheres na construção do conhecimento científico.

A física austríaca Lise Meitner (1878-1968) foi uma das figuras mais notáveis da ciência, cujas contribuições foram cruciais para a compreensão da física nuclear e da radioatividade, porém enfrentou uma batalha árdua em busca de reconhecimento. Em uma época em que as mulheres eram impedidas de ingressar

nas universidades, Meitner superou as adversidades em meio a um sistema machista e patriarcal, lutando pelo direito de seguir a carreira científica que tanto almejava⁵. Durante sua carreira, Meitner trabalhou em colaboração com o químico alemão, Otto Hahn, juntos eles realizaram pesquisas pioneiras sobre a radioatividade. Em 1938, o químico pediu ajuda de Meitner para a explicação de um dos seus experimentos; a física forneceu a interpretação teórica necessária para explicar o fenômeno conhecido como fissão nuclear. Hahn publicou os resultados da pesquisa junto a outro colaborador, mas sem fazer menção a Lise como co-autora da descoberta. Em 1944, foi homenageado com o Prêmio Nobel de Química, mas Meitner foi injustamente esquecida⁶.

Apesar disso, Lise foi recompensada pela comunidade científica ao reconhecerem suas contribuições. Ela é considerada por muitos como a “mulher mais importante na ciência do século XX” e a *International Union of Pure and Applied Chemistry* (IUPAC) nomeou o elemento 109 da tabela periódica em sua homenagem como “meitnério” (Mt)⁷.

Lise Meitner nos ensina sobre a persistência diante de adversidades; sua história e coragem inspiraram gerações de cientistas a lutar pelo protagonismo e reconhecimento feminino na ciência.

No Brasil, as mulheres também enfrentaram e ainda enfrentam desafios para obter o reconhecimento de suas contribuições no campo da ciência. Muitas delas desafiaram o sistema científico e social patriarcal, lutando para serem valorizadas e respeitadas em suas áreas de atuação. Um nome notável é o da bióloga, educadora, ativista e política brasileira,

Bertha Lutz, reconhecida pela sua luta pelo direito ao voto feminino e pela igualdade de gênero. Considerada uma pioneira da ciência brasileira, estudou na universidade de Sorbonne, em Paris e ao voltar ao Brasil, em 1918, combateu ativamente as injustiças contra as mulheres. Embora as mulheres fossem proibidas de realizar concursos públicos, com ousadia foi aprovada em primeiro lugar e ingressou como secretária no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a ocupar um cargo público no Brasil. Em pouco tempo passou ao cargo de cientista, desenvolvendo pesquisas na área de Botânica e Zoologia. Em 1922, Lutz fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino com o objetivo de defender os direitos das mulheres brasileiras. Batalhou pela equidade salarial entre mulheres e homens e pelo direito das trabalhadoras à licença-maternidade⁸.

Existem grandes lacunas na história das mulheres na ciência brasileira. Diante disso, há necessidade de se incluir uma perspectiva histórica nas discussões sobre gênero e ciência, especialmente no contexto brasileiro, onde tais discussões ainda são escassas⁹. Essas desigualdades partem de processos históricos e culturais, que submetem as mulheres a viverem à sombra dos homens e a terem suas pesquisas relegadas. Este cenário é fruto da desigualdade que favorece os homens em detrimento das mulheres e que as impede de ocupar espaços sociais, políticos, educacionais e científicos¹⁰.

As biografias de mulheres na Ciência podem apresentar estigmas, já que as relações de gênero afetam a maneira como a história de vida de mulheres cientistas é analisada, escrita e interpretada. Nessa perspectiva surgem críticas feministas que ressaltam a necessidade de elaboração de “Biografias

Feministas”, que evidenciem como as relações de gênero, enquanto relações de poder, interferiram nas vivências das cientistas¹¹.

Evolução para Todos e o Protagonismo das Mulheres na Ciência

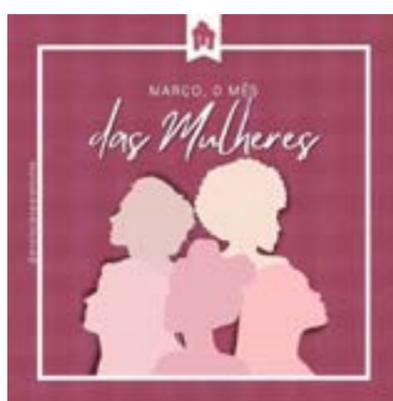
Sob coordenação de uma mulher, o “Evolução Para Todos” é um programa de extensão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que visa divulgar o conhecimento científico à luz da Evolução. A cada mês são trazidos temas norteadores, geralmente relacionados a uma data comemorativa importante. A equipe é composta por 39 pessoas, sendo 6 docentes. Deste total, 29 são mulheres, ou seja, quase 75%, refletindo o protagonismo feminino na equipe. Destas, quatro são docentes da UESB, seis são biólogas e 19 são estudantes de graduação.

A extensão universitária desempenha um papel importante na ligação entre as instituições de ensino superior e a comunidade em geral, proporcionando oportunidades de aprendizado, serviços e desenvolvimento para além dos muros acadêmicos. A participação feminina na extensão universitária tem sido fonte de empoderamento e capacitação. Ao liderarem e participarem de projetos e programas, as mulheres têm a oportunidade de fortalecer e garantir sua participação plena e igualitária nesses programas. Na UESB, as mulheres estão à frente de 60% das ações extensionistas. Essa representatividade é reflexo da própria gestão da Pró-Reitoria e da Gerência de Extensão, protagonizadas por mulheres.

Visando extenuar a invisibilidade feminina na Ciência, a fim de promover o seu protagonismo, o programa “Evolução

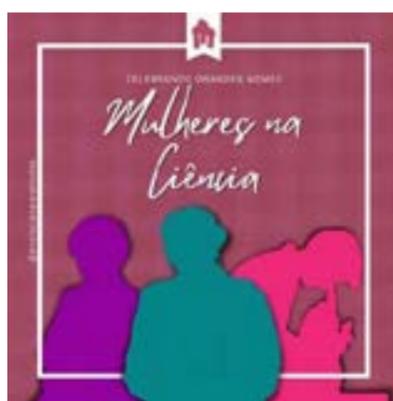
Para Todos” realizou uma série de postagens durante o mês de março de 2023, para dar visibilidade a alguns dos grandes nomes femininos na Ciência. Imagens foram cuidadosamente criadas para valorizar essas mulheres e suas importantes contribuições, além de tornar as publicações atrativas ao público. Foi empregado um padrão no qual o busto destas cientistas foi utilizado para a produção de sombras. A cada semana três mulheres foram homenageadas, sendo agrupadas por proximidade entre as respectivas áreas de atuação, sempre que possível. Priorizou-se as biólogas, em consonância com os conteúdos divulgados pelo programa de extensão “Evolução Para Todos”.

Sob título “Março, o mês das mulheres”, a primeira postagem abordou o contexto histórico do Dia Internacional das Mulheres e enfatizou a importância de celebrar as conquistas políticas e sociais, bem como reconhecer o importante papel da mulher na sociedade através de suas lutas por igualdade e liberdade. A imagem ao lado apresenta o busto de mulheres anônimas, valorizando a diversidade étnica de nosso país.



Abaixo encontra-se a imagem que deu início às homenagens, destacando três nomes importantes para a Genética e Evolução. A primeira delas é Charlotte Auerbach, zoóloga e geneticista alemã, considerada um dos principais nomes da Genética da sua geração. Em 1942 ela descobriu, juntamente com Alfred

Joseph Clark e John Michael Robson, que o gás mostarda poderia causar mutações em moscas-das-frutas. Auerbach escreveu mais de 90 artigos científicos, foi membro da Royal Society, instituição destinada à promoção do conhecimento científico e foi premiada com a Medalha Darwin, concedida pela Royal Society para trabalhos amplamente reconhecidos no campo da Biologia, em especial nas áreas da Evolução, Diversidade Biológica e Desenvolvimento¹².

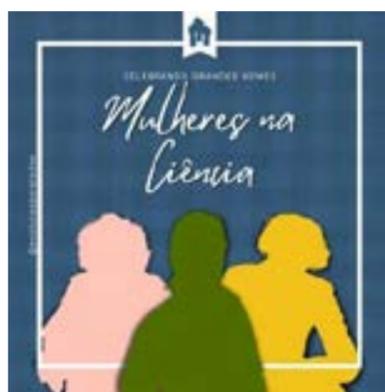


Além de Auerbach, a postagem trouxe outros dois nomes. Rosalind Franklin, química britânica e uma das pesquisadoras mais brilhantes do século XX, foi pioneira em técnicas de análise molecular. Franklin teve uma importante contribuição para a compreensão da estrutura do DNA. Por meio da técnica de cristalografia de raios-x, obteve a famosa *Photo 51*, elucidando a estrutura em hélice do DNA. Diversos autores discutem a relevância dada a Rosalind Franklin na construção do modelo em dupla-hélice do DNA, atribuído a Watson e Crick, com destaque para o papel relegado às mulheres cientistas na década de 1950, geralmente escanteadas. Franklin morreu precocemente de câncer de mama, não tendo recebido crédito por sua contribuição essencial à elucidação da estrutura da molécula de DNA^{13, 14}.

O terceiro nome apresentado foi o de Lynn Margulis, uma importante bióloga evolucionista, escritora e divulgadora

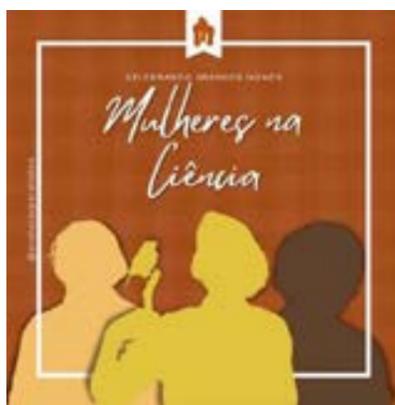
científica estadunidense. Ela contribuiu com a teoria da endossimbiose, que propõe que as células eucarióticas evoluíram a partir da fusão simbiótica de células procarióticas, a exemplo das eubactérias e arqueas¹⁵. Margulis foi premiada com a Medalha Nacional de Ciência (EUA) e devido aos seus trabalhos no estudo da História Natural e Evolução, foi laureada com a Medalha Darwin-Wallace¹⁶.

A imagem à direita traz nomes como os das arqueólogas Niède Guidon e Mary Leakey, e da primatóloga Jane Goodall. Especialista em Pré-História, os estudos de Niède Guidon contribuíram para a criação do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no Piauí, um território que possui o maior número de sítios arqueológicos das Américas¹⁷. Quanto à arqueóloga Mary Leakey, foram suas escavações arqueológicas que proporcionaram descobertas e compreensões sobre a origem da humanidade. A cientista que completou o trio, foi a primatóloga Jane Goodall, que através de suas observações, revolucionou a compreensão sobre o comportamento dos chimpanzés, evidenciando que estes possuem emoções que anteriormente pensávamos serem exclusividade humanas.



As postagens homenagearam também mulheres importantes para a Paleontologia, Ambientalismo e Ornitologia. Ao lado tem-se a imagem das cientistas Mary Anning, Emilie Snethlage e Rachel Carson. Mary Anning foi uma paleontóloga

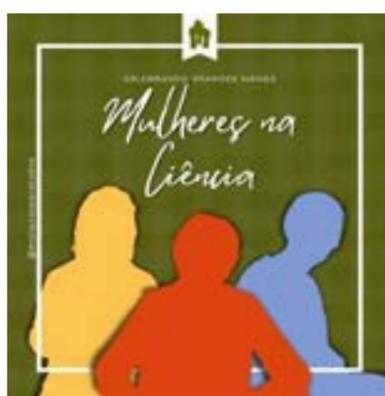
britânica do século XIX, pioneira na descoberta de fósseis, incluindo répteis marinhos, como o primeiro ictiossauro, que ela encontrou quando tinha entre 10 e 12 anos de idade e o fóssil completo de um plesiossauro, nomeado *Plesiosaurus macrocephalus* por Buckland em 1836¹⁸. Apesar de suas contribuições, Anning não podia publicar seus trabalhos por ser mulher¹⁹.



O segundo nome da postagem foi da ornitóloga Emilie Snethlage. Nascida em Berlim, mudou-se para o Brasil em 1905 e passou a realizar expedições, sendo a primeira cientista a realizar a travessia entre os rios Xingu e Tapajós. Defensora da conservação ambiental, é reconhecida por seus importantes estudos e luta pela proteção da fauna e da flora da região amazônica²⁰. A postagem finalizou com a bióloga marinha e escritora, Rachel Carson, reconhecida por sua obra "Primavera Silenciosa", que provocou grandes debates e controvérsias, mas que levou à criação da Agência de Proteção Ambiental (EPA) nos Estados Unidos e ao banimento do uso do DDT (*Dicloro-Difenil-Tricloroetano*) na agricultura de diversos países. Carson é lembrada como uma figura pioneira na luta em prol de um mundo mais sustentável e equilibrado²¹.

O programa também homenageou algumas cientistas brasileiras que deixaram um grande legado no país, como a

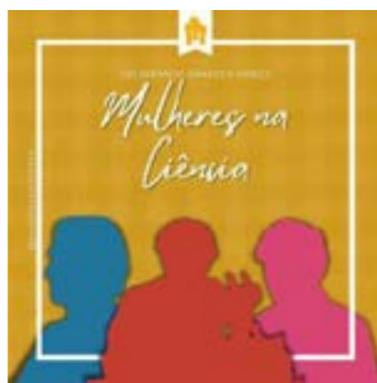
bióloga Bertha Lutz, mencionada anteriormente. Outra brasileira de expressão na Ciência foi Sônia Dietrich, uma botânica cujas contribuições à Fisiologia Vegetal projetaram a botânica brasileira no cenário mundial. Ela lutou pela estabilidade no financiamento à pesquisa científica no país e recebeu diversos prêmios, tendo sido condecorada por seu legado.



Destacamos também a cientista Neiva Guedes, professora e pesquisadora com extensa carreira científica. Ela é coordenadora do projeto Arara Azul, que desde a década de 1990 atua no monitoramento e manejo das araras azuis, contribuindo para a conservação desta e de outras espécies do Pantanal²².

Na última semana do mês de maio de 2023, as homenageadas foram as botânicas Edith Saunders, Bárbara McClintock e Graziela Barroso, conforme a ilustração ao lado. No final do século XIX mulheres de classe média cursavam graduação em Ciências na Inglaterra, mas ao se formar as oportunidades eram limitadas. Edith Saunders se destacou pela realização de experimentos controlados no laboratório coordenado por William Bateson, tendo chegado a conclusões semelhantes às de Gregor Mendel, antes de seu trabalho ser redescoberto e reinterpretado. Posteriormente seus resultados se somaram aos de Mendel na fundação da Genética Clássica, no início do século XX. Trabalhando

com Punnet, Saunders também contribuiu na compreensão dos princípios de ligação gênica. Por seus trabalhos, Edith Saunders foi a primeira mulher a ser eleita membro da “*Linnean Society of London*”²³.



Outra cientista de destaque foi Bárbara McClintock, que desafiou as tradições da época e se dedicou à Genética Vegetal, tendo concluído o mapa genético do milho. Em 1983 recebeu o prêmio Nobel por sua maior descoberta, os elementos transponíveis¹⁴. A última cientista homenageada no mês de março de 2023 foi Graziela Barroso. Conhecida como “a grande dama da botânica”, se casou jovem, como era comum no início do século XX, e só se graduou em Biologia aos 47 anos. Teve uma carreira profícua, escrevendo obras de taxonomia de plantas brasileiras que se tornaram referências internacionais.

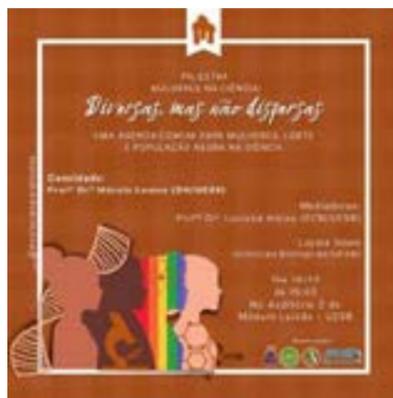
Descreveu 132 espécies de plantas e morreu aos 91 anos, logo após ser eleita membro da Academia Brasileira de Ciências²⁴.

Além de *posts* e *podcasts* comentando a vida e obra de expressivas cientistas, também foram realizadas indicações de livros, artigos e *sites*. Em duas semanas o quadro “Você Sabia?” trouxe curiosidades, como a utilização da arte na psiquiatria, abordagem protagonizada por Nise da Silveira. Na semana seguinte destacou-se a concessão da “Medalha Darwin” a apenas 4 mulheres, de um total de 133 premiações concedidas,

corroborando o androcentrismo na Ciência. Para visualizar essas e outras postagens, basta acessar o *Instagram* do programa: @evolucaoparatodos

Além dos corpos

Para ampliar o debate, foi realizada a Palestra “Diversas, mas não dispersas: uma agenda comum para mulheres, LGBTQs e população negra nas ciências” na qual foi dada ênfase ao papel atribuído a essas minorias na academia. O público-alvo do evento foram calouros e demais estudantes dos cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas. Este importante evento, realizado durante a semana de integração da UESB no mês de março de 2023, favoreceu a reflexão de jovens estudantes, contribuindo para a desconstrução do discurso que reduz e limita a participação feminina e de outras minorias na Ciência.



Desde 2008 a UESB implementou o sistema de cotas em seu vestibular. São asseguradas 50% das vagas para cotistas provenientes de escolas públicas, sendo 70% dessas vagas destinadas a estudantes que se autodeclaram negros e pardos. A implementação das cotas assegura maior diversidade étnico-racial dentre os alunos. Cabe citar que as políticas de ações afirmativas foram ampliadas: a partir deste ano há vagas adicionais para pessoas trans, além daquelas anteriormente

asseguradas, destinadas a indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. A instituição conta também com programas de permanência estudantil, contemplando parte das necessidades dos discentes para sua formação. Palestras e outras atividades que deem visibilidade às mulheres, à população LGBTQIAPN+ e aos negros são de suma importância para que estes se sintam valorizados e lutem por seu espaço dentro da instituição e da sociedade.

Durante o VI Desfazendo Gênero foi realizada a mesa-redonda: Desfazendo o gênero, a sexualidade e a raça/etnia no discurso biológico. Com participação de três professoras convidadas e mediação de dois professores da UESB, a mesa-redonda contribuiu para uma reflexão aprofundada acerca das desigualdades sofridas por mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAP+. A primeira convidada ministrou a palestra intitulada “Por uma biologia não binária e inclusiva”. Como mulher trans, a professora apresentou a problemática por trás do ensino de Biologia pautado em discursos deterministas, que apresentam como mulheres apenas as pessoas nascidas com dois cromossomos X e como homens os detentores de cromossomos sexuais XY. Ela destacou o quanto é importante que sejam colocadas em pauta as diferentes configurações cromossômicas, a exemplo de indivíduos XXX, XXY e X0, que não atendem à expectativa daqueles que reduzem o debate aos normotípicos. Ao abordar o tema de maneira simplista, os docentes marginalizam os jovens que não se enquadram no padrão, acentuando problemas e excluindo-os. A professora destacou também a importância do cuidado ao se tratar temas voltados para gênero e sexualidade, proporcionando aos jovens

uma visão crítica e o respeito às diferenças, com sensibilidade, favorecendo a inclusão.



Além de um relato pessoal acerca do seu processo de aceitação, a docente reiterou a importância da formação de professores preparados para lidar com um público diverso. A desqualificação e negação contundente da diversidade de corpos, sexualidades e gêneros nos contextos escolares, apoiadas por um conjunto de conteúdos biológicos, práticas sociais e abordagens educacionais, pode reforçar o discurso negacionista e de desqualificação²⁵. Isso ressalta a importância de discutir a diversidade de corpo, sexualidade e gênero dentro do espectro social e biológico^{25, 26}.

A segunda convidada ministrou a palestra “Usos e abusos da biologia na/para produção de práticas racistas, sexistas, misóginas, LGBTQIA+fóbicas ou da biologia como cúmplice”. Com décadas de experiência no tema, ela destacou as dificuldades enfrentadas por docentes em sala de aula, ao lidar com jovens em processo de aceitação de sua sexualidade e que muitas vezes não encontram na família o apoio necessário para lidar com as inúmeras questões geradas pela não aceitação de seu corpo ou pelo não enquadramento em padrões preestabelecidos.

Um grande problema enfrentado é o conservadorismo que frequentemente é normalizado em escolas, dificultando

o trabalho dos poucos professores que encontram-se melhor preparados para lidar com as diversas questões levantadas pelos discentes. Vale ressaltar a falta de preparo da maioria dos professores, incluindo os de biologia, para lidar com a sexualidade dos jovens e para inserir questões de suma importância nos debates em sala de aula. Como a sociedade continua a dar voz a preconceitos como sexismo, machismo, misoginia, racismo e homofobia, que promovem desigualdades e violência, debates sobre gênero e antirracismo são cada vez mais necessários²⁶.

A terceira palestrante abordou “Mulheres e raça: para além dos currículos das Ciências Biológicas”. Com base nas entrevistas realizadas na construção de sua tese de doutorado, ela identificou a baixa auto-estima entre mulheres negras, geralmente invisibilizadas em sala de aula e na sociedade. Destacou o quanto essas mulheres se sentem silenciadas, e o prejuízo que essa posição de subalternidade acarreta para sua aprendizagem e por conseguinte para sua inserção no mercado de trabalho. Certos marcadores, como sexo e raça, podem ser traduzidos por premissas hierarquizantes que se desdobram em prerrogativas sociais, como machismo e racismo²⁷.

As palestras foram sucedidas por um profícuo debate, no qual algumas das ouvintes se sentiram à vontade para relatar suas experiências de vida e discutir alternativas para se combater o preconceito no meio acadêmico e fora da sala de aula, assegurando saúde, bem estar e oportunidades para as minorias.

A Ciência precisa de mulheres

Ao revisarmos a história e as contribuições das mulheres na ciência, nos deparamos com diversas injustiças e com a falta de reconhecimento digno de seus trabalhos. Torna-se essencial se destacar não apenas as realizações notáveis dessas e de tantas outras mulheres, mas também as barreiras sistemáticas que enfrentaram e ainda enfrentam. É fundamental não apenas produzir conhecimento sobre mulheres, mas também gerar conhecimento relevante para elas, de modo a reconhecer e corrigir essas injustiças⁴. Só assim garantiremos avanços em direção a uma ciência mais inclusiva e relevante para todas as pessoas, independentemente do gênero, etnia ou orientação sexual, a fim de construir um futuro mais justo e equitativo para a comunidade científica e a sociedade como um todo.

*Agradecemos às convidadas e à equipe do programa
Evolução Para Todos!*

REFERÊNCIAS

1. MELO, H. P.; CASEMIRO, M. C. P. A Ciência no Feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. **Revista Rio de Janeiro**, n. 11, p. 1-24, 2003.
2. UNESCO. **Women in Science**. 2019. Disponível em: <https://uis.unesco.org/en/topic/women-science>. Acesso em 28 de julho de 2023.
3. SARDENBERG, C. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. **Labrys. Estudos Feministas**, 11(1), 45-62. 2007
4. FARIAS, Y. M. M. Como a história da ciência pode contribuir para o ensino de biologia? Um olhar para a história das mulheres. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 15, n. 45, p. 201-217, 2022.
5. LIMA, I. P. C. **Lise Meitner e a Fissão Nuclear**: caminhos para uma narrativa feminista. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 181.
6. MIZRAHI, S. S. Mulheres na física: Lise Meitner. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 27, p. 491-493, 2005.
7. DINGLE, A. Meitnério em homenagem. *Química da Natureza* , 9 (8), 830-830. 2017.
8. KRAPP, J.; BONFIM, M. **Histórias para inspirar futuras cientistas**. Rio de Janeiro: Edições Livres, 2021. 65 p.
9. SOUSA, L. G. P.; SOMBRIO, M. M. O.; LOPES, M. M. Para ler Bertha Lutz. **Cadernos Pagu**, p. 315-325, 2005.
10. DA SILVA, E. R. A (in) visibilidade das mulheres no campo científico. **Travessias**, v. 2, n. 2, 2008.
11. SANTANA, C; PEREIRA, L; SILVA, I. Contribuições para escrita de biografias de mulheres nas ciências a partir das experiências de Keller, Ferry e Goldsmith. **Cadernos Pagu**, v. 65, p. 1-17, 2022.
12. KILBEY, B. J. Charlotte Auerbach (1899-1994). **Genetics**, v. 141: p. 1-5. 1995..
13. SILVA, M. R. As controvérsias a respeito da participação de Rosalind Franklin na construção do modelo da dupla hélice. **Scientiæ Studia**, v. 8, n. 1, p. 69-92, 2010.
14. KEAN, S. **O polegar do violinista**: e outras histórias da genética sobre amor, guerra e genialidade. Zahar, 1ª Ed. 2013. 337p.
15. MARGULIS, L. The origin of plant and animal cells: The serial symbiosis view of the origin of higher cells suggests that the customary division of living things into two kingdoms should be reconsidered.. **American Scientist**, v. 59, n. 2, p. 230-235. 1971.
16. LAKE, J. A. Lynn Margulis (1938–2011). **Nature**, v. 480, n. 7378, p. 458-458, 2011.
17. DUARTE, C. D. S. **A mulher original**: produção de sentidos sobre a arqueóloga Niéde Guidon. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 242p. 2015.
18. TORRENS, H. Mary Anning (1799-1847) of Lyme; “the greatest fossilist the world ever knew”. **The British Journal for the History of Science**, v. 28, 257-284, 1995
19. IGNOTOFSKY, R. **As Cientistas**: 50 mulheres que mudaram o mundo. São Paulo: Blucher. 1ª Ed. 2017. 128p.
20. JUNGHANS, M. Emília Snethlage (1868-1929): o heroísmo como estratégia de legitimação da ciência. In: **Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero**. v. 8, p. 1-17. 2010.
21. PEREIRA, E. M. Rachel Carson, ciência e coragem. **Revista Ciência Hoje** , v. 50, 2012.

22. GUEDES, N. M. R. Araras azuis: 15 anos de estudos no Pantanal. **IV Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, Corumbá: Embrapa Pantanal**, 2004.
23. NEVES, L. A. S.; STEFANELLO, R.. Edith Rebecca Saunders e a hereditariedade no final do século XIX. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, v. 18, p. 4-11, 2018.
24. ALBERGARIA, D. A grande dama da Botânica. **Pesquisa FAPESP**, v. 328. 2023.
25. FIRMINO, S. G.; ECHEVERRÍA, A. R. o ensino de biologia como justificção para negação e desqualificação da materialidade de corpos, gêneros e sexualidades no contexto escolar. **REnBio**, v. 14, n. 1, p. 172-191, 2021.
26. ADAM, L. B. *et al.* A importância da análise crítica sobre tecnologias de gênero e racismo/antirracismo. **REED**, v. 3, n. 9, p. 1-17, 2022.
27. SILVA, J. D. C.; LIMA, M. J. G. S. O que eu vi na escola: relatos de uma professora de ciências sobre questões de gênero e étnico raciais. **REnBio**, v. 14, n. 1, p. 213-231, 2021.

PODE O *QUEER* SER DECOLONIAL? (DES) APONTAMENTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM *CUYR*¹ LOCAL

Will Paranhos²

Paulo de Tássio da Silva³

Algumas considerações preliminares

Nosso desejo aqui, no entanto, não é o de reproduzir o percurso atravessado pelo *queer* do Norte para o Sul global, nem geograficamente, nem epistemologicamente, mas sim partirmos de um movimento/teoria *queer* já tornado *extraño*, assumindo seu local de marginalidade, uma marginalidade latinoamericana que já existia antes mesmo de *queer* surgir no hemisfério onde tudo parece acontecer e de onde tudo parece surgir.

Não adentraremos à seara das discussões em torno da terminologia em si - o "*queer*" - e da possibilidade/necessidade

1 Em alguns momentos faremos o uso do termo *queer* e *cuyr*. O uso do "y" no lugar do "i" se situa num movimento de rasura numa perspectiva ameríndia. Para João Nÿn, indígena Potyguara, o "y" é uma vogal sagrada na língua tupi-guarani.

2 Doutorande no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ - williamrosindoparanhos@gmail.com

3 Professor da Universidade Federal Fluminense - Campus Angra dos Reis/RJ - paulodetassiosilva@yahoo.com.br

de revisitarmos a construção morfológica da palavra, a fim de produzirmos um termo que não esteja atrelado à língua inglesa e, portanto, marcando sua ligação com o Norte global, até mesmo pelo fato de outras pessoas autoras já terem se debruçado sobre tais reflexões. Por isso, indicamos que, durante a leitura deste texto, você não se atenha ao peso colonial da palavra *queer*, mas se proponha a traçar, conosco, uma linha de fuga em torno de suas potências.

Possibilidades metodológicas de pensar o “sul-balterno”

Como grande parte dos movimentos que racionalizam, o termo *queer* é chancelado e referendado pelos cânones do mundo “moderno” com espectros de origem no Norte global. Poderíamos propor, aqui, uma genealogia dos estudos *queer*. Contudo, parece-nos que esse movimento não é profícuo para o que estamos tentando fazer, que é assombrar o que se tem tentado normatizar como *queer*.

O *queer*, aparecido como um movimento social e, posteriormente, como teoria, alicerçado já nessa movimentação metodológica de um pensamento *queer* latino americano, estruturado inicialmente a partir da revisão e apresentação de autores euro-norteamericanos, tem se deslizado enquanto termo/teoria/movimento. No Brasil, reconhece-se como o primeiro trabalho acadêmico *queer* a ser publicado o texto de Guacira Lopes Louro, *Teoria queer: uma política pós identitária para a educação*⁴, no ano de 2001. O trabalho é uma “porta de entrada” para o pensamento *queer* no Brasil, no instante em

⁴ Louro, Guacira L. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista estudos feministas*, 9(2), 541-553.

que apresenta, didaticamente, como ele se estrutura e faz a crítica às políticas de identidade e sua insurgência em relação “à oposição heterossexual/homossexual”. Chama-nos a atenção, e se faz pertinente como objeto de reflexão neste texto, as referências usadas pela autora, que repete esse binarismo América do Norte/Europa - Butler, Foucault, Derrida, Seidman, entre outros.

Contudo, outro ponto do texto de Louro que merece destaque consiste na utilização de um outro autor brasileiro, João Silvério Trevisan, e seu clássico *Devassos no Paraíso*. cremos ser essa utilização de Trevisan um forte indício para questionarmos se *queerizações* de fato já não estavam por aqui, antes mesmo das tentativas de captura do “Norte” global na fixação do *queer*. Em sua historiografia cartográfica, Trevisan (2018) afirma que no ano de 1576 os escritos de Pedro de Magalhães Gândavo apontavam para a existência de sodomia entre os indígenas que estavam em *Terra Brasilis*, fato reafirmado por Jean de Léry, no ano de 1577, como se não houvesse qualquer tipo de compreensão acerca do que venha a ser masculino.

Diante do abordado acima, construir uma outra memória dos percursos teóricos e movimentos *queerizações* na América Latina, especialmente no Brasil, lugar de onde falamos, pode ser interessante. Esse movimento possibilitaria entender como se dão as disputas hegemônicas e contra hegemônicas encontradas nos movimentos de fixação do *queer*. E, por fim, parafraseando Yuderky Miñoso (2020), seria possível desenvolver um pensamento que supere essa “colonialidade da razão” nas tentativas de controle das *queerizações*.

Miñoso (2020) nos traz a ideia de “colonialidade da razão feminista”, perfazendo um caminho em que apresenta os

meios e formas pelos quais o pensamento feminista latino-americano se estrutura a partir de um lugar de receptor de pensamentos, enquanto ocupante de uma condição de “Terceiro Mundo”. Interessante o resgate deste termo utilizado por tanto tempo para apontar de que lugar falava o sul-balterno. Tal termo aqui utilizado é inspirado em Gayatri Spivak (2010), onde a autora reflete sobre o “sujeito subalterno” enquanto um sujeito heterogêneo e, portanto, ocupante de uma gama variada de espaços dentro de suas relações. Assim, refletimos e deslocamos usos e escritas da palavra “sul”, dentro de uma perspectiva contracolonial, a qual sempre passa a ideia “do outro” diferente e minorizado nas discussões de elaboração de epistemologias. Utilizamos o trocadilho para marcar território no lugar imposto pelo colonizador em relação ao pensamento do sul, mas confrontado nas produções epistemológicas desde sempre.

Conjugando reflexões e partindo dos estudos no campo do feminismo realizados por Miñoso, podemos compreender que é necessário uma

(...) análise dos feminismos do Sul e de sua relação de dependência com os feminismos do Norte precisa ser complexa a ponto de desfazer o mito de uma suposta unidade interna do sujeito “mulher” e nos permitir observar um campo vivo de disputa de sentidos na América Latina pós-independências, que acabe sendo resolvida com a imposição e violência simbólica e material sobre aquelas cujos corpos são marcados por processos de racialização e contínua exploração, o que chamo de “a outra da outra” (Miñoso, p. 99, 2020)

Seriam as *queeryzações* latinoamericanas, supostamente já existentes, também essu “outre de outre”? Trouxemos Miñoso para esta reflexão na tentativa de demarcar que o caminho percorrido pela teoria e pelo movimento *queer* na América

Latina não se distancia dos demais caminhos de outras teorias e movimentos apresentados como contestadores do regime cisheteropatriarcal no mundo. A trouxe para lembrar de que “mundo” é esse do qual sempre falamos e acabamos por validar em termos teóricos e acadêmicos em nossas escritas, falas, debates. cremos que, *queeryzações*, especialmente as performatizadas abaixo dos trópicos, colocam-nos nesse movimento de repensar as bases que referendam o pensamento *queer* sul-balterno, abrindo caminhos para uma desestruturação de referências que tentam hegemonizar as/nas estruturas américo-eurocêntricas de nosso pensamento sudaca⁵.

O *queer* desembarca em terras de esquinas⁶, becos⁷ e encruzilhadas^{8,9}

Conforme afirmamos no início deste texto, o *queer* não é criado pelo Norte global, mas passa a ser reconhecido e referendado como tal em virtude dos processos colonialistas que advogam em prol de uma universalidade não democrática de suas “criações”. A fantasia do nascimento do *queer* norte americano e europeu se dá no espaço dos movimentos sociais, os quais buscam romper com as rígidas estruturas que enquadram e normalizam as sexualidades, os gêneros e, por fim, as identidades - ou processos de identificação - que entram

5 Expressão depreciativa utilizada para referir-se a pessoas naturais da América do Sul.

6 Megg Rayara G. de Oliveira (2020).

7 Evaristo, Conceição. (2017). *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas.

8 “A encruzilhada é a boca do mundo, é saber praticado nas margens por inúmeros seres que fazem tecnologias e poéticas de espantar a escassez abrindo caminhos” (Rufino, 2019, p. 5). Rufino, Luiz. (2019). *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula editorial.

9 “Para sobreviver nas fronteiras, você precisa viver sem fronteiras, ser uma encruzilhada” (Gloria Anzaldúa, 2007, p. 216).

em conflito com a chegada do advento da pós-modernidade, gerando um processo de descentramento dos sujeitos (Stuart Hall, 2020; Ângela Figueiredo, 2015).

Posteriormente, o *queer* passa a ser estudado e analisado pela academia do Norte, onde cria-se um cânone, também universalista, reerguendo estruturas outrora desestabilizadas pelos diversos movimentos (Caterina Rea; Izzie Amancio, 2018; Jota Mombaça, 2016; Pedro Pereira, 2015). Em síntese, o *queer* parte da ideia de que a linguagem, a maneira como colocamos o “mundo” em discurso, é a produção deste mundo, inaugurando a ideia da performatividade (Vi Grunvald, 2017). O *queerizar e as queeryzações* não nascem coloniais, mas tornam-se coloniais no instante em que são granjeadas pelo progresso euro americano que, em si próprio, fixa-as de maneira adjetiva como *queer*, ramificando-se com base na colonialidade¹⁰ do poder/saber (Fabio Oliveira; Thiago Gabry, 2021), instituindo-se enquanto grande centro do mundo (Pereira, 2015). De movimento, o *queer* passa a ocupar o lugar de teoria.

O *queer* viaja do Norte para o Sul global na “primeira classe”, não sendo necessário um desembarque em meio às sujidades presentes nos becos e encruzilhadas afro latino americanos. Aqui, o *queer* chega por intermédio da academia branca e higienizada que figura como receptora dos desígnios da soberania canônica do Norte (Hija De Perra, 2014). De acordo com Vi Grunvald (2017) e Pedro Pereira (2015), há de se perceber um movimento que ocupa o interior da academia, onde se produzem teorias distintas: as teorias, com “t” minúsculo, e as Teorias, com “T” maiúsculo.

¹⁰ “[...] colonialismo e colonialidade são conceitos diferentes, mas correlacionados: o primeiro aponta para determinados períodos históricos, o segundo revela a lógica subjacente aos empreendimentos coloniais – a matriz colonial do poder” (Pedro Pereira, 2015, p. 415).

O simbolismo tão “inofensivo” representa a “maioridade” conquistada por algumas correntes teóricas e seus teóricos¹¹. Tal maioridade é aquela oposta aos grupos que foram minorizados no contexto social (Edis Lapolli; Will [William Roslindo]¹² Paranhos; Inara Willerding, 2022), sendo colocados à margem da produtividade de pensamentos e tornados figuras centrais dentro da nova lógica inclusiva neoliberal (Igor Torres; Felipe Fernandes, 2017; Fatima El Tayeb, 2016).

A Teoria *queer* do Sul, para Maria Galindo, apresenta-se enquanto uma teoria elitista, produzida pelas elites acadêmicas para as elites (Alana Moraes; Mariana Patrício; Tatiana Roque, 2016). Ela não parte das ruas, perdendo sua potencialidade de subversão e torna-se “[u]ma teoria deslocada pensando em corpos deslocados da teoria” (Igor Torres; Felipe Fernandes, 2021, p. 7). Além disso, a “nova” Teoria chega na Latinoamerica com ares de aplicabilidade, tudo aquilo que, na verdade, o *queer* combate, pois não há a aplicação de nada, mas sim a promoção de deslocamentos e construções coletivas (Vi Grunvald, 2017). Quando se há pretensão de “aplicar” o *queer*, ele deixa de ser teoria e torna-se Teoria, agora colonializada (Pedro Pereira, 2015). No momento em que “nossos corpos, identidades e práticas tiverem que se curvar, se ajustar e se conformar aquilo que nos dita tal teoria e não o contrário, então estaremos, mais uma vez, reproduzindo a colonialidade de pensamento, agora disfarçada de subversão libertadora” (Grunvald, 2017, p. 257).

11 Usamos o termo no “masculino” a fim de afirmar a hegemonia masculinista presente no campo acadêmico.

12 Na época da escrita do texto referenciado, a autora ainda não se compreendia enquanto uma pessoa não-binária. Haja vista o fato de, atualmente, fazer uso de seu nome social, colocamos entre colchetes a autoria utilizada conforme trabalho citado, à época de sua publicação.

A proposta de “[u]ma teoria da não Teoria, [...]” (Pereira, 2015, p. 413) se distancia dos modelos binários e universalistas, produtores e sujeitos do conhecimento, clamando por experiências que dêem voz aos conhecimentos abjetos e dissidentes (Igor Torres; Felipe Fernandes, 2021), conhecimentos estes que já se faziam presentes nos países da África e da Latinoamérica antes mesmo de o *queer* entender-se como tal. Chicanas, indígenas, mariconas, bichas pretas, mulheres e homens trans (sem saber da possibilidade de uma existência trans), veadinhos, pederastas, mulheres lésbicas de cor, éramos - e somos - uma multidão de minorias que já resistiam às normas impostas pelo “cistema”¹³ classista branco-cishetero-normado há séculos, as quais agora parecem ter que, com base nos ditames da academia, introjetar as construções genéricas e universalistas ditadas pela colonialidade do *queer* da parte superior do globo (Hija De Perra, 2014).

Deveríamos nós, então, rechaçar todo o movimento/teoria *queer* e mandá-lo de volta para onde veio?

A construção de um *queer* local e decolonial

Hija de Perra (2014), em *Interpretaciones inmundas de cómo la Teoría queer coloniza nuestro contexto sudaca, pobre, aspiracional y tercermundista, perturbando con nuevas construcciones genéricas a los humanos encantados con la heteronorma*, faz um questionamento pertinente: “¿Podemos disfrutar del shopping *queer* en nuestras latitudes?” (p. 14). Ela mesma o responde:

_____ Hoy en día gracias a dios tenemos todo lo necesario para tomar el estandarte
13 Paranhos, William Roslindo. (2022). SEXUALIZAR! En: Paranhos, William Roslindo. (ed.). *Gêneros, sexualidades e performatividades: perspectivas contemporâneas*. Curitiba/PR: Bagai.

queer dentro de la metrópoli: mil productos para transformarnos en seres ambiguos de difícil lectura sexual y “performacear” por la vida con transgresión identitaria, hoy es posible estudiar esta teoría en universidades y recibir información fehaciente del tema, hoy está a disposición la compra y venta de libros que traducen y llevan este mensaje esperanzador hasta el velador de tu cama, hoy existen las posibilidades de lugares de encuentro multisexual, bares, discoteques, etc. Hoy existen bandas de música con estética *queer* que también puedes adquirir y disfrutar, hoy hay tiendas de artefactos contrasexuales para nuestra estimulación plural cibercarnal. Un mundo de fabulosas oportunidades para llevar a cabo el discurso y el desborde estético necesario para sentirnos involucrados y santificados por este tema (De Perra, 2014, p. 14)

(Des)“T”eorizada, a teoria adentra a um campo desconfortável da incompletude, da possibilidade do erro ou do erro mesmo como campo de conhecimento (Pedro Pereira, 2015), levando-a a um processo de constante autorreflexão e autoavaliação. O *queer*, que surge como proposta de ruptura com os essencialismos e regimes de verdade e de saber/poder, deve se construir de forma localizada, tal qual a decolonialidade. Outrossim, esta também prevê um afastamento da “T”eoría, primando pela politização das dissidências e por uma política das identidades não essencializadas (Caterina Rea; Izzie Amancio, 2018). E aqui, é válido propormos um questionamento: “até que ponto o ‘local’ e o ‘global’ interagem e se redefinem [?]” (Manuela Picq; Josi Tikuna, 2015, s. p.).

A previsão de um “local” vai muito além de um espaço físico definido geograficamente pelas fronteiras. O local deve ser contextualmente construído, com base em inúmeros aspectos que o estruturam e atravessam, tornando-o singular. “A teoria *queer* é também uma política de localização – *queer* e pensamento decolonial são teorias corporificadas” (Pedro Pereira, 2015, p. 418). Tomando como exemplo a situação do Brasil, em comparação com o contexto global, Vi Grunvald (2017) destaca a existência

de uma “inversão espacial” da colonialidade. Enquanto observa-se uma construção hegemônica que estabelece a supremacia do Norte global como produtor e o Sul enquanto consumidor, na formação brasileira é o Sul do país que figura como a grande potência da nação, colocando o Norte - somando-se as regiões Norte e Nordeste - como espaço colonializado. Com relação às fronteiras, estas são

lugar[es] vago[s] e indeterminado[s] criado[s] pelo resíduo emocional de um limite não natural. Est[ão] em um estado constante de transição. Os proibidos e os ilícitos são seus habitantes: los atravesados vivem aqui: os vinhos, os perversos, os queer, os incômodos, os vira-latas, os mestiços, os semimortos, em breve os que atravessam, que transpassam ou que passam os limites do ‘normal’ (Gloria Anzaldúa, 2007, p. 25).

Assim, não há como pensarmos em uma construção *queer* que “obedeça” aos pressupostos defendidos pelo *queer* euroamericano. As teorias *queers* colonializadas são sempre representadas pelo sujeito que domina o plano da raça, da colonialidade e da classe: o sujeito branco. Isso se dá em virtude do fato desta teoria/crítica/movimento mirar, tão somente, na sexualidade, colocando outras categorias, locais de poder e, conseqüentemente, as opressões, em segundo plano. Se aquela construção social/teórica se preocupa com as performatividades de gêneros, de sexualidades e com a necessidade de uma separação com a formação das identidades, aqui vivemos contextos outros que nos solicitam outras abordagens (Caterina Rea, 2018a). “La lucha *queer* no quiere solo lograr la tolerancia y el estatus igualitario, sino desafiar dichas instituciones y formas de entender el mundo” (Hija De Perra, 2014, p. 15).

Surgem, assim, epistemologias que dão centralidade ao *queer* enquanto movimento(s) que mira(m) em uma leitura

simultânea das diferenças, e conseqüentemente das opressões, de maneira localizada (Caterina Rea, 2018a), visto que

as questões de sexualidade, gênero, raça e classe social não podem ser trabalhadas de forma dissociada. Elas estão imbricadas e devem ser vistas como interseccionadas, ou seja, o sujeito social precisa ser estudado como um todo e não apenas por um ângulo de suas subjetividades (Glenda Melo; Paulo Silva Júnior; Anderson Marques, 2020, p. 414).

Podemos citar aqui, à exemplo, as contribuições ímpares do movimento feminista lésbico das mulheres de cor (Caterina Rea, 2018a), do ecofeminismo/ecologias *queer* (Greta Gaard, 2011; Alice Gabriel, 2011), dos estudos *queer* africanos (Caterina Rea, 2018b) e da teoria/movimento/crítica *queer of colour* (Caterina Rea, 2017). Esta última, apesar de surgir também nos Estados Unidos, demarca bem essa (des)construção em torno dos locais, haja vista ser um movimento negro anti-nacionalista e anti-imperialista dentro daquele país.

São viveres múltiplos que há muito travam batalhas contra a norma hegemônica, fazendo de seus corpos e de suas vidas existências políticas. Já nos idos de 1587, no *Tratado descritivo do Brasil*, escrito por Gabriel Soares de Sousa, nos deparamos com relatos que nos fazem entender se tratarem de existências travestis e transexuais (Luiz Mott, 2005). Posteriormente, devemos citar e nomear algumas figuras históricas de nosso país: Xica Manicongo (1591-?) e Yaya Mariquinhas (século XIX) em Salvador/BA, Madame Satã (1900-1976) no Rio de Janeiro/RJ, Cintura Fina (1921-?) e Tomba Homem (1935-2016) em Belo Horizonte/MG (Megg Rayara Oliveira, 2020). Todos estes, “corpos-territórios considerados alheios à norma cisheterocentrada” marcados pela “autorização [de sua] ocupação, invasão, exploração e aniquilação” (Fabio Oliveira; Thiago Gabry, 2021, p.

15), que podem ser considerados enquanto *queer*, no instante em que enfrentavam a naturalização de opressões variadas e imbricadas (Arkley Bandeira, 2019), sobretudo daquelas ligadas à raça, etnia, classe, gêneros e sexualidades.

Corpos subalternos, que se “queerificam”, também são apontados entre as chicanas por Anzaldúa. Partindo de uma identificação mestiça, que em sua base já rompe com os binarismos trazidos pelas categorias analíticas ortodoxas, esses corpos estruturam sua subjetividade com base em uma cultura nômade, que demonstra os abismos existentes mesmo dentro dos terrenos das diferenças (Claudia Costa; Eliana Ávila, 2005). No Brasil, no entanto, a mestiçagem assume outra perspectiva quando transversalizada com a diferença. A proposta prevê a organização do coletivo politicamente, com base em um discurso de que as diferenças não existem, movimento este que faz parte de uma corrente hegemônica que apaga as singularidades (Ângela Figueiredo, 2015).

Movemo-nos em direção aos corpos indígenas que ocupam os territórios da Amazônia (Brasil, Colômbia e Peru) e que, também, são *cuyr*, no sentido de moverem-se para além da definição de categorias identitárias, firmando ali sua identidade. A pesquisa de Manuela Picq e Josi Tikuna (2015) destaca a existência de inúmeros povos indígenas, localizados na costa do Rio Amazonas, que, apesar de não serem impactadas pelo advento da pós-modernidade, possuem culturas que rompem com as normalizações instauradas no tecido social, não havendo outra terminologia para defini-las senão *cuyr*. Este movimento vai além das fronteiras políticas, tornando visível a forma como o colonialismo e a sexualidade interagem dentro da lógica

“inclusiva” proposta pela modernidade (Manuela Picq; Josi Tikuna, 2015), que instaurada pela “pragmática da normalização parece nunca ter fim” (Vi Grunvald, 2017, p. 257), pensando por meio de suas práticas, de suas experiências, de seus convívios e pelas zonas de interstício (Estevão Fernandes, 2014).

Na pesquisa “Descolonizando Sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos”, Estevão Fernandes (2015) parte das críticas do movimento indígena *queer* norte-americano (*Two Spirits*) e de perspectivas decoloniais para dizer dos enquadramentos das sexualidades e colonização dos Povos Indígenas nos dois contextos de sua pesquisa. Desta forma:

Como vimos, lá, como cá, houve momentos marcados por missões, integração forçada, deslocamentos forçados, escolas que buscassem “civilizá-los” compulsória e rapidamente. Da mesma forma, o enquadramento das sexualidades indígenas seguiu um percurso bastante similar: o manejo moral dos povos indígenas, seja por meio de castigos ou de imposição de nomes próprios, padrões de divisão de trabalho baseados em binarismo sexual, ou educação, era parte fundamental de sua incorporação compulsória ao sistema colonial. Entendo que mesmo em diferentes contextos nacionais, ambos estivessem sujeitos às mesmas ordens discursivas, sendo compulsoriamente colonizados em suas sexualidades a partir de projetos nacionais, civilizatórios, religiosos, integracionistas e enquadramentos diversos que buscassem criar e manter a diferença colonial (Fernandes, 2015, p. 287-288).

Para Paulo de Tássio Silva (2019, p. 53) “o trabalho de Fernandes (2015) tem sido potente ao elucidar de forma comparativa os dispositivos da empresa colonial na regulação dos modos de ser indígenas, bem como ao trazer a contribuição da teoria decolonial e o *Two Spirit* como possibilidades de escapes”. No entanto, Paulo de Tássio Silva (2019) chama atenção para “o que se vem chamando de um “*queer* indígena”, categoria esta que o movimento *Two-Spirits* já tem criticado, apontando-a como mais um conceito colonizador” (Paulo de Tássio Silva, 2019, p. 55). Assim, o autor coloca “o desafio

e a problemática ao se eleger o termo “*queer* indígena” para se referir a mais de 300 etnias indígenas em território brasileiro com performatividades de gênero e sexualidades das mais distintas entre si” (Paulo de Tássio Silva, 2019, p. 55).

Em pesquisas mais recentes, Paulo de Tássio Silva (2019) tem pensado o processo de retomada linguística perseguido pelo Povo Pataxó com o aporte da linguística *queer*, definida como o estudo que investiga a maneira

[...] como pessoas que, por suas vivências sexuais e corporais, relegadas à zona de ininteligibilidade social, faziam uso estratégico de códigos linguísticos dissonantes na negociação de suas identidades e de sua existência cultural. Ou seja, as investigações tentavam explicar como esses indivíduos faziam uso de recursos linguísticos que, à primeira vista, não estariam autorizadas usar e como essa combinação de distintos códigos, registros, sotaques, léxicos etc. construía e (des) legitimava seu lugar social (Rodrigo Borba, 2015, p. 93).

Embora a linguística *queer* tenha se preocupado até então, em como os falantes administram performances linguísticas, desafiando discursos de heteronormatividades (Rodrigo Borba, 2015), Paulo de Tássio Silva (2019, p. 78) julga “ser potente analisar as paisagens híbridas do *Patxohã* como constrangimentos às normalizações em torno das línguas indígenas, uma vez que estes *queerificam* paisagens linguísticas o tempo todo na (re) invenção de sua língua”. Neste sentido, uma linguística *cuyr*, dentro de uma leitura pós-estrutural e pós-colonial, pode contribuir na desconstrução de aparelhamentos culturais e linguísticos (Paulo de Tássio Silva, 2019).

Por fim, trazemos à discussão a ecologista Brigitte Baptiste, mulher trans, bióloga e reitora da Escola de Administração de Negócios (EAN), localizada na cidade de Bogotá, Colômbia. Dado sua formação, a autora propõe uma articulação do *queer* com a evolução dos sistemas e espécies, afirmando que os

ecossistemas, por serem *queerizados*, possibilitam a vivência de novas experimentações, transformando a escrita das ficções da vida e ampliando, de maneira criativa, o leque para a resolução de problemas, dentre os quais, inclusive, o da morte. O mundo, segundo ela, sustenta-se muito mais na relacionalidade do que em aspectos defendidos pelas ciências exatas (Ale Mujica Rodriguez; Julian Silvestrin, 2021). Baptiste defende que “no existen parámetros correctos. Lo *queer* es vivir y expresarse de manera espontánea” (Andrés Ochoa, 2021, p. 82).

Percebe-se, com base nos “saberes marginais” apresentados, que a identidade não é - e nem pode ser - rechaçada pelo *queer* decolonial. Na realidade, o que se busca é um questionamento em torno de sua significação e fixação, exercício que requer uma análise contextual. Para o movimento/teoria *queer*, as identidades não são imutáveis ou fixas. Ao contrário, elas são imbricadas por deslocamentos que provocam constantes (des)(re)construções (Caterina Rea; Izzie Amancio, 2018).

O *queer* nos Estados Unidos sempre foi fluído, instável, propondo desafios e tensionamentos à construção de uma identidade. Por lá, principalmente no que concerne ao conceito de raça, os processos de identificação solveram-se em discursos universalistas, numa tentativa de minimizar as opressões e violências. Em contrapartida, no Brasil “não há motivo para a diluição das identidades” (Ângela Figueiredo, 2015, p. 157). Com base nos modelos colonialistas, reforçados pelo momento em que o movimento/teoria desembarca em terras africanas e latinoamericanas, onde recém se identifica a necessidade de políticas identitárias e afirmativas, cria-se a ideia de que o *queer*

seja despolitizante, gerando um dissenso com a base de sua defesa (Figueiredo, 2015).

Pedro Pereira (2015) relaciona algumas aproximações entre *queer* e decolonialidade: a decolonialidade busca “desvendar como as construções de gênero e sexualidade se cruzam e são produto da colonização” (Pedro Pereira, 2015, p. 416); o movimento/teoria *queer* e a decolonialidade apostam na possibilidade da construção de outros corpos, saberes, histórias e teorias; o *queer* propõe um constante tensionamento, desmantelando as normatividades estabelecidas no social; ambas questionam se as teorias criadas no Norte global seriam aplicáveis em qualquer contexto, bem como a universalidade das teorias e dos conhecimentos; se constituem à medida em que afetam e são afetadas pelos corpos, produzindo experiências outras e; por fim, de lançam à possibilidade de travessias, trânsitos e translocalizações.

Para seguir *cuyrizando*...

A aposta desse texto não é trazer apostas ou roteirizações de uso do *queer*, mas deslocar fixações e essencializações que tem se endereçado às *cuyrizações*. Não pretendemos fazer conclusões, mas deixar o fluxo dessa escrita em aberto. No entanto, cabe “estar atento que, [pois,] por mais que uma teoria seja pós-estruturalista, *queer*, pós-colonial, entre outras, suas possibilidades de enquadramentos não estão descartadas, logo, algo sempre estará escapando, haverá sempre o ‘indecidível’” (Paulo de Tássio Silva, 2019, p. 55). Neste sentido, menos do que responder se o *queer* pode ou não ser decolonial, nosso

exercício de escrita está em problematizar as molduras em torno dos fluxos de *cuyrizações*, as capturas e essencializações numa fixação, por muitas vezes, adjetivada como *queer*.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera. The New Mestiza**. San Francisco/CA: Aunt Lute Book, 2007.
- BANDEIRA, Arkley Marques. A teoria *queer* em uma perspectiva brasileira: escritos para tempos de incertezas. **Revista Arqueologia Pública**, v. 13, n. 1, p. 34-53, 2019.
- BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, 2015.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 691-703, 2005.
- DE PERRA, Hija. Interpretaciones inmundas de cómo la Teoría *queer* coloniza nuestro contexto sudaca, pobre, aspiracional y tercermundista, perturbando con nuevas construcciones genéricas a los humanos encantados con la heteronorma. **Revista punto género**, n. 4, p. 9-16, 2014. <https://doi.org/10.5354/0719-0417.2014.36405>
- EL TAYEB, Fatima. Lesbian of Color Activism and Racist Violence in Contemporary Europe. In: Sandeep Bakshi, Suhraiya Jivraj e Silvia Posocco. **Decolonizing sexualities. Transnational perspectives, critical interventions**. Oxford: Counterpress, 2016. pp. 154-169.
- FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidades indígenas e decolonialidade. **Tabula rasa**, n. 20, p. 135-157, 2014.
- FERNANDES, Estevão Rafael. **Descolonizando Sexualidades**: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, 2015 (Tese de Doutorado).
- FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 3, p. 152-169, 2015.
- GAARD, Greta Claire. Rumo ao ecofeminismo *queer*. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 197-223, 2011.
- GABRIEL, Alice. Ecofeminismo e ecologias *queer*: uma apresentação. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 167-174, 2011.
- GRUNVALD, Vi. **cidade queer, uma leitora**. São Paulo: Edições Aurora / Publication Studio SP, 2017.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** (Trad. Tomaz Tadeu da Silva y Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

LAPOLLI, Édis Mafra Lapolli; PARANHOS, William Roslindo; WILLERDING, Inara Antunes Vieira. **DIVERSIDADES:** o bê-á-bá para a compreensão das diferenças. 1 ed. Florianópolis - SC: Editora Pandion, 2022.

LOURO, Guacira L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MOMBAÇA, Jota. Para desaprender o queer dos trópicos: desmontando a caravela queer. **SSEXBOX**. Disponível em: <https://bit.ly/3otvbqt>. Acesso em ago. 2016.

MELO, Glenda Cristina V. de; SILVA JUNIOR, Paulo M.; MARQUES, Anderson Andrade da S. Discursos sobre raça: quando as Teorias *Queer* nos ajudam a interrogar a norma. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 410-434, 2020.

MIÑOSO, Yuderkys E. . Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. **Masp Afterall**, v. 8, p. 1-12, 2020.

MORAES, Alana; PATRÍCIO, Mariana; ROQUE, Tatiana. A homogeneidade do feminismo nos entedia: é preciso criar alianças insólitas. Entrevista com Maria Galindo. **SUR 24**, v. 13, n. 24, p. 225-235, 2016.

MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no Atlântico lusófono negro. **Afro-Ásia**, n. 33, p. 9-33, 2005.

OCHOA, Andrés Erazo. Lo *Queer* y la moda disidente de géneros. **Cuaderno Javeriano de Comunicación**, n. 16, p. 79-87, 2021.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes de; GABRY, Thiago da Silva. LGBTI+ e a luta pela terra: contribuições para descolonizar o ecofeminismo *queer*. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, v. 3, n. 2, p. 14-32, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. Salvador/BA: Editora Devires, 2021. oliveira

PARANHOS, William Roslindo. SEXUALIZAR! In: PARANHOS, William Roslindo. (org.). **Gêneros, sexualidades e performatividades:** perspectivas contemporâneas. Curitiba/PR: Bagai, 2022.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer* decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 2, p. 411-411, 2015.

PICQ, Manuela Lavinias; TIKUNA, Josi. *Sexual modernity in Amazônia*. **Einternational relations**. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/07/02/sexual-modernity-in-amazonia/>. Acesso em abr. 2024.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria *Queer* of Colour e trânsitos para o Sul. **cadernos pagu**, n. 53, p. 1-38, 2018.

REA, Caterina Alessandra. Crítica *Queer* of Colour e deslocamentos para o sul global. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**, p. 1-10, 2017.

REA, Caterina Alessandra. Pensamento lésbico e formação da Crítica *Queer* of Color. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 117-133, 2018.

REA, Caterina Alessandra. Descolonização, feminismos e condição *queer* em contextos africanos. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 3, p. 1-21. 2018b

RODRIGUEZ, Ale Mujica; SILVESTRIN, Julian. “Nuestra presencia en el mundo genera un espacio de posibilidades”: Entrevista com Brigitte Baptiste. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 3, p. 272-287, 2021.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Paisagens e Fluxos Curriculares Pataxó**: processos de hibridização e biopolítica. Tese de Doutorado, Centro de Educação e Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação – PROPed, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2019.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2010.

TORRES, Igor Leonardo de S.; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Se sofrer LGBTfobia na universidade, denuncie! O *Queer* Punitivista no Contexto de Precarização do Trabalho. **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, 40-60, 2017.

TORRES, Igor Leonardo de S.; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *Queer* (Neo) Colonial: Colonialidade E Teoria *Queer* No Brasil. **Revista Gênero**, v. 22, n. 1, p. 1-31, 2021.
Trevisan, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Objetiva, 2018.

ARQUEOLOGIA DO INFERNO DA BIBLIOTECA NACIONAL

Antonio Carlos Pinto da Fonseca Junior

Fábio Figueiredo Camargo

Bibliotecas ao redor do mundo criavam catalogações específicas de suas obras até que houvesse, em meados do século XIX, um esforço global para a implementação de um sistema internacional de códigos catalográficos. Esse sistema preza, primeiramente, pela materialidade da obra, sendo ela bibliográfica, iconográfica, musical, entre outras classificações, para então se encaixar num grupo de itens em outras categorias mais específicas, como sua procedência, o tipo de narrativa, autoria e outros pormenores. Essa prática culmina numa espécie de mapa a ser seguido para que todo livro possa ser encontrado para consulta. Mas quando dizemos que todos os livros podem ser encontrados, estamos também apontando para a possibilidade desses objetos serem achados por órgãos ou pessoas que almejam a sua eliminação, assim como a destruição da memória a partir de certos volumes bibliográficos. Isso ocorre primordialmente quando estamos lidando com governos de exceção, períodos em que a censura, seja ela oriunda de qualquer instituição, impera sobre a lógica

do acesso irrestrito à informação. Na eminência desse tipo de acontecimento, há de se resguardar e preservar a história e a memória contidas nas bibliotecas de diversos lugares. Não podendo se respaldar pelas leis vigentes em momentos de censura, coube aos bibliotecários cumprir o papel de salvaguarda de diversos livros em períodos históricos de exceção. Para tal, estes profissionais, que remontam a uma das profissões mais antigas do mundo, criavam autocensuras como mecanismo de camuflagem de obras literárias. Com esta prática, deu-se, a partir da *Bibliothèque nationale de France*, o nome de *Enfer* ao local de esconderijo dos livros, ou, para a língua portuguesa, *Inferno*. Não se tem ao certo um motivo ou uma história por trás da escolha do nome, mas se pensamos que grande parte do acervo é oriundo dos séculos XVII e XVIII, onde se produziu e circulou um número incontável de obras de cunho sexual com objetivo de criticar a Igreja e a Monarquia francesa, parece-nos que o termo era um modo fácil de classificar um local para não se frequentar, afinal “ninguém” quer ir para o inferno.

Conforme Robert Darnton, em artigo publicado em 1996, ocasião em que, dentre várias análises sobre esse departamento escondido de livros proibidos, anunciava que diversas obras estavam sendo reeditadas na França, de acordo com a lei de domínio público dos textos,

[o]s bibliotecários criaram o “Inferno” em alguma ocasião entre 1836 e 1844 como meio de escapar a uma contradição. De um lado, tinham que preservar o acervo mais completo possível da palavra impressa, de outro, queriam evitar que os leitores se corrompessem pelo contato com maus livros. A saída foi reunir todas as obras eróticas mais ofensivas de todas as coleções da biblioteca e lacrá-las num único lugar, declarado inacessível para leitores normais. (DARNTON, 1996, p. 2)

Esse conflito entre preservar e esconder é o que rege, *a priori*, as coleções do *Inferno* em todas as bibliotecas que usaram desta prática em seus acervos. Se por um lado o objetivo era o de preservar e manter tais obras seguras da censura externa, podendo esta ser de âmbito religioso, político ou social, por outro, tais livros eram colocados em repartições proibidas de serem acessadas por qualquer leitor. Há um paradoxo na formação de tal acervo em, de certo modo, concordar com a censura ao se classificar esses livros como “maus”, primordialmente relacionados à pornografia, porém, ao invés de corroborar a ação de extinguir os volumes, em sua grande parte incinerando-os, há um movimento para que tais obras não sejam consultadas. Ao trancafiar esses itens, cria-se também o apagamento das narrativas, mesmo tendo a finalidade de preservação.

Darnton ainda nos alerta que diversas bibliotecas mundo afora usavam códigos particulares para essa camuflagem de obras. “A ‘Caixa reservada’ do Museu Britânico, o código ‘Delta’ da Biblioteca do Congresso, o ***** da Biblioteca Pública de Nova York e, na Biblioteca Bodleiana, a letra grega ϕ (phi), que, na pronúncia oxfordiana, soa como ‘Fie!’ – [Vergonha!]”. (DARNTON, 1996. p. 3) Assim sendo, a prática de esconder para preservar foi uma constante entre bibliotecários a fim de proteger livros que de algum modo poderiam ferir as práticas sociais vigentes. Somente o acervo do inferno da Biblioteca Nacional da França, que foi catalogado em 1911 por Guillaume Apollinaire contendo 930 obras, e em 1978 por Pascal Pia tendo o número final de 1.730 títulos, foi capaz de trazer à tona tantas obras pornográficas que foram preservadas com maestria por seus funcionários, perdurando o acesso fechado ao público

até 1983. Este acervo, o mais completo em domínio público nos dias atuais, ganhou em 2007 uma grande exposição que contava com obras literárias e imagéticas, entre gravuras, águas-fortes, fotografias etc. (DARNTON, 1995, s.p.) Em 2008, um projeto semelhante foi realizado no Brasil, com um acervo infinitamente menor, um recorte de 21 obras, sob curadoria de Ana Virgínia Pinheiro, então responsável pela Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional brasileira.

Com um conjunto que não chega a 100 obras, o *Inferno* da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional tem em seu acervo obras de filosofia antiga, política, religião e outros assuntos dignos de censura por parte de uma instituição que estava determinada a criar a grande memória da nação brasileira. Entre esses assuntos, o que impera é a sexualidade. E quando citamos “sexualidade”, falamos de um dos fatores cruciais para o processo de censura e camuflagem de obras que não estariam alinhadas aos processos de educação formal da sociedade e do país. Temos que ter em vista que se trata primordialmente de obras pornográficas, e não de textos que pretendem se aprofundar na temática sexual pelo viés científico. Outro ponto observado é que, além de pornográfico, este acervo se enquadra num tipo de material de baixo custo e veiculado de modo barato, tendo características de livros (ou folhetos, dado o número reduzido de páginas das publicações) populares. Aos folhetos populares, vale ressaltar que, desde meados do século XIX, esta categoria crescia exponencialmente no Brasil, devido ao acesso à educação sendo ampliado gradativamente, na mesma proporção que o acesso aos livros mais caros ainda estava na mão da elite do país. Diversos gêneros de literatura ganhavam espaço nas livrarias, assim como

editoras dedicadas ao público oriundo do “povo”, como veremos ser frequente em diversas áreas. A começar pelos manuais práticos, focados em auxiliar leitores em tarefas que poderiam se tornar profissões, uma infinidade de assuntos começava a ser editada no Brasil, como os livros infantis, que fugiam da estética europeia vigente neste período, aproximando as histórias à realidade nacional, e os romances, que, como se sabe, tiveram ascensão na Europa com o crescimento da burguesia, o que era exatamente o que estava ocorrendo no país neste período. Mas o que despontava nas livrarias e no gosto popular, eram mesmo os folhetos, conforme afirma Alessandra El Far,

[a] popularização dos manuais de utilidade prática como também os livros infantis, no final do século XIX, esteve estritamente vinculada ao tratamento editorial conferido a essas obras. De fato, nenhum desses dois gêneros literários foi criado, a princípio, para atender às expectativas de um público amplo e heterogêneo. Tanto um quanto outro já circulavam havia décadas pelas livrarias da cidade sob a forma de encadernações caras e bem cuidadas, tornando-as mais acessíveis com as modificações textuais, gráficas e materiais empregadas pelos editores a fim de facilitar a leitura e baratear o custo de impressão. Os folhetos, pequenas novelas de no máximo cinquenta páginas, [...] passaram a ser consumidos por um número bem maior de pessoas depois de terem conseguido um perfil adequado aos baixos preços de venda. (EL FAR, 2004, p. 97)

Além do acesso à educação, a população antes escravizada também entrava na chancela de “povo”, o que, de certo modo, era visto como um novo público consumidor, além da população campestre e outros tipos de leitores oriundos de poder aquisitivo antes ignorado pela elite, como as classes trabalhadoras mais baixas. Alessandra El Far constata que as palavras “povo” e “popular” estavam adentrando no cotidiano da metrópole que se transformava o Rio de Janeiro. “Lojas, jornais, livros, vestuário, bancos, receitas apropriavam-se dessas denominações com o objetivo de chamar a atenção do grande público.” (EL FAR, 2004,

p. 77) Assim sendo, não era só a cidade que estava em ebulição, mas seus habitantes também.

Retomando o acervo do *Inferno*, dentre as obras que fogem do escopo da pornografia, temos desde a 1ª edição de *O mundo da paz: União Soviética e democracias populares*, de Jorge Amado, editado em 1951, até *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, editado em 1942. No viés religioso, temos obras em latim sobre bruxaria, datadas do século XV, até tratados sobre exorcismo, que não carregam autoria específica. Mas a grande estrela da coleção é realmente o conjunto de livretos pornográficos de baixo custo veiculados muitas vezes por jornais, como *O Rio-nú*, que chegou a ter uma editora específica para essas produções, além de uma vasta coleção de histórias picantes datadas da década de 1930, editadas pela *Imprensa Moderna, Empresa D'Edições Modernas e Edições Modernas*.

Segundo Ana Virgínia Pinheiro, em entrevista concedida¹ a Antonio Carlos Pinto da Fonseca Júnior, só foi possível catalogar o *Inferno* da BN a partir de 2004, quando ela assumiu a chefia da Divisão de Obras Raras e, a partir da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, criando uma força-tarefa para encontrar em toda a biblioteca obras que deveriam ser direcionadas a tal acervo. Ela nos conta que seu primeiro ímpeto foi o de localizar as primeiras edições das grandes obras de escritores brasileiros do século XIX, porém nesta vasculha, livros, livretos e folhetos pornográficos surgiram

1 Entrevista com Ana Virgínia Pinheiro em formato de teleconferência no dia 08 de abril de 2022. Todos os trechos citados desta entrevista serão referenciados da seguinte forma: (PINHEIRO, 2022, seguido do número da página constante do Anexo 01 da dissertação de mestrado de Antonio Carlos Pinto da Fonseca Júnior, intitulada *O clichê e o obsceno: textualidades no Inferno da Biblioteca Nacional*, que pode ser consultada no link: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37372>.

com suas catalogações equivocadas, pulverizadas por todo o acervo da instituição. A partir do aparecimento dessas obras, seu interesse foi o de compreender o motivo da suposta falha e, em conjunto com outros departamentos, como Obras Gerais e os setores de preservação e restauro, surgiu a ideia de que esses livros estavam ali camuflados como forma de preservação. Sendo funcionária da BN desde 1982 e oriunda do curso de Biblioteconomia da UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde, majoritariamente, seus professores foram os bibliotecários e funcionários da BN, Ana Virgínia diz que em conversas informais sabia, por vestígios, que diversos livros são deslocados de suas áreas corretas para os censores não terem acesso a tais obras e, para tal, cunharam o termo *descatalogar* para identificar essa prática, como pode-se ver a seguir:

Descatalogar é um termo que eu tenho popularizado bastante, porque eu lembro de ter ouvido uma única vez com o professor Mário Ferreira da Luz, mas é um termo que nem é, vamos dizer assim, dicionarizado. *Descatalogar* significa que existe um fichamento [para o livro], mas esse fichamento não é suficiente para chegar até ele. O importante era que o censor não tivesse como chegar até [o livro] (PINHEIRO, 2022, p. V)

Deste modo, mesmo que, em terras brasileiras, não se tivesse criado uma repartição específica de esconderijo de obras proibidas, tal qual as bibliotecas citadas anteriormente, a nossa biblioteca, na prática, exerceu a mesma função de preservação dos títulos, sendo apenas nominada *Inferno* em 2004 pela pesquisadora. Isto significa que, mesmo sendo recente a catalogação desse acervo, os bibliotecários da BN agiram para salvaguardar, ou esconder do público comum, tais documentos.

Outro ponto levantado por Ana Virgínia Pinheiro é a ausência de pistas mais sólidas para compreender a entrada dessas obras

pornográficas na Biblioteca Nacional. Se por um lado temos a lei de Depósito Legal, que obriga a doação de pelo menos um exemplar para a instituição, sabemos que esse depósito nunca foi realizado com regularidade. Assim sendo, observa-se que boa parte dessas obras pornográficas populares e produzidas com material de baixa qualidade serão encontradas, por exemplo, no departamento de Obras Gerais em forma de miscelâneas, que é uma técnica de unir obras distintas em uma encadernação não-oficial, muito praticada por colecionadores. Diversos folhetos pornográficos foram unidos nas miscelâneas, que, como alerta a pesquisadora, também pode ser uma forma de tirar das vistas de possíveis censores obras ditas proibidas, pois como elas não poderiam ser catalogadas, “a miscelânea desses folhetos é também um modo de esconder, [pois] reunia-se todos eles e ali ficavam escondidos”. (PINHEIRO, 2022, p. XIX)

Das características técnicas que podemos destacar para essas obras pertencentes ao acervo do *Inferno*, uma que chama atenção é a formulação dos títulos. Do maior conjunto dos livros catalogados nesta sessão, começamos pelos títulos das editoras *Imprensa Moderna*, *Empreza D’Edições Modernas* e *Edições Modernas*², que por falta de dados mais concretos não se sabe se fazem parte do mesmo grupo editorial ou competiam entre si, mantendo “moderna” como filão comercial. Esses títulos vão de chamadas mais explícitas, como *A hora sexual*, *A insaciável*, *A loucura dos sentidos*, *A ordenhadora* e *Curiosa da Volúpia*, até cenas cotidianas que podem fazer o leitor ter uma visão mais maliciosa, criando um jogo para falar de atos sexuais pelas

² A consulta de tais títulos se deu pelo site do acervo digital da BN (<http://bndigital.bn.gov.br/>). Para que o recorte específico fosse encontrado, na aba “coleção” da busca avançada, foi colocado o termo “inferno”.

entrelinhas, como *As núpcias da sra. Militão, Casada e virgem?*, *O casamento de Juliana* ou *O marido enganado*. Outros títulos ainda sugerem aventuras, confidências, prazeres e subtítulos que pretendem comprovar a veracidade da história, como “Novella original tomada com pinças da vida real”, do livro *A linguíça*. Um dos aspectos fundamentais para a produção de narrativas pornográficas é chamar a atenção do leitor desde o título. Mesmo que muitas vezes as ideias eróticas estejam implícitas ou camufladas, espera-se do leitor a compreensão pelo nome do livro, tendo a noção de que ele já esteja habituado a esse tipo de literatura. Para tal, o uso do humor e da sátira é recorrente nessas criações, assim como a reprodução de piadas coloquiais e de assuntos que circulam massivamente na sociedade.

Outro fator que chama atenção nessas publicações é o nome dos autores das obras, quase em sua totalidade formada por pseudônimos ou codinomes. Desde nomes estrangeiros, com o objetivo de dar um ar de sofisticação aos livros, como Heinrich Wagner, Guil Devrent e Valentim De La Villa, até nomes que se aproximam do ar de chiste que a pornografia carrega, como Viscondessa da Caverna, A. Mori e Pat de Patagônia. Nesse sentido, em boa parte das publicações, torna-se impossível descobrir quem as escreveu na realidade, ou mesmo se mais de um(a) autor(a) estaria envolvido(a) na criação dessas narrativas.

A esses dois elementos, título e autoria, Jean-Marie Goulemot vai alertar que, a partir dos livros pornográficos franceses do século XVII,

[...] [u]ma página de título, quer se trate de um impresso lícito ou de um livro proibido, é uma mensagem de publicidade. Ela se decompõe em uma sequência de elementos: o próprio título, que pode acompanhar uma glosa segundo modalidades extremamente variadas; depois, o nome de autor [...] (GOULEMOT, 1994, p. 117)

Para a pornografia, a capa é fundamental para apresentar ao leitor seu teor. Como uma peça publicitária, o título da obra é o grande destaque, apresentando uma ação ou um personagem a cumprir uma cena sexual. A “glosa”, tipo de piada curta muito utilizada para compor uma cena rápida, é também uma ferramenta para a criação do imaginário erótico a que o livro se propõe. No entanto, e diferente das obras encontradas no *Inferno* da BN, mais elementos textuais serão utilizados para informar ao leitor outros pontos da narrativa. Ainda segundo o pesquisador,

[...] no rodapé, [é colocado] o local de edição, o editor e a data. A estes três elementos, dos quais o único verdadeiramente indispensável, e, portanto, sempre presente, é o título, às vezes é necessário acrescentar uma indicação sobre a ilustração (“acompanhada de figuras” ou “com figuras”), um exergo – verso, citação latina, frase sem autoria – uma vinheta geralmente entre o exergo ou o título e o local da edição. (GOULEMOT, 1994, p. 117)

Nos panfletos pornográficos a que nos dedicamos, informações como local e data de impressão, assim como nome dos editores, são incomuns. Há duas hipóteses para não se encontrar tais informações; a primeira é a falta total de consciência dos editores e autores a respeito da identificação da obra, visto que, mesmo comercializadas em grande volume, tais livros eram ilegais por sua própria natureza, e a segunda é que se criava uma mística de camuflagem que acompanhava os pseudônimos, trazendo um elemento a mais para a excitação do leitor, o mistério. Assim sendo, quando falamos do Brasil do início do século XX, início também de sua produção literária em massa e popularizada, temos que compreender certas características locais na produção da literatura pornográfica que despontava. Estando ainda, de certo modo, subalterna à

produção literária europeia, ao se utilizar um nome estrangeiro, por exemplo, que concedia credibilidade ao livreto, era também importante não dar pistas de onde tal texto foi escrito ou editado. Desse modo, a grande maioria dos livros que se encontram no *Inferno* da BN sequer contêm informações tipográficas de catalogação, cabendo aos funcionários da instituição a árdua tarefa de localizar tal objeto em seu período histórico.

É preciso também explicitar que tais narrativas tinham como público-alvo, além de popular, o consumidor masculino. Enquanto algumas publicidades tratarão tal literatura como “romance para homens”, “leitura para homens”, “livros para homens”, “leitura para velhos” e “romances para homens”, outros anúncios priorizarão aspectos como “leitura quente”, “escaldante” e “cenas ao vivo”, posicionando o objeto como pornográfico, para que não houvesse dúvida. (EL FAR, 2004, p. 184) Ana Virgínia Pinheiro destaca que este mercado era essencialmente masculino, e

[s]e você jogar historicamente, tem uma coisa que eu observei, e fica muito claro para mim, é que nessa pornografia produzida em folhetos do final do XIX até os primeiros 30 anos do século XX a mulher é muito ativa sexualmente, e ela era a senhora da situação. (PINHEIRO, 2022, p. IX)

Então, na mesma proporção que os folhetos são destinados à leitura por homens, o fator determinante é a utilização de corpos femininos no protagonismo da trama, muitas vezes informadas desde o título. Há de se pensar que homens tinham mais acesso à educação formal e que mulheres eram cerceadas a não consumir tal tipo de literatura. Porém, pela própria proibição, tais textos chegavam a elas, desde as menos abastadas, que poderiam acessar tais livros em condições

familiares menos rígidas, até aquelas que pertenciam à elite que buscava nesse material acessar os prazeres de tais histórias. Isso pode ser facilmente visto nas publicidades direcionadas às mulheres no semanário *O Rio-nú* e em trechos das narrativas produzidas pelo mesmo jornal.

No entanto, em acordo com as obras francesas, a indicação do uso de imagens é sempre encontrada nas capas e páginas de rosto dos livros. Tais livros atraíam além do público letrado e interessado em tal narrativa, um público sem acesso à educação formal e que, para tanto, também procurava tais livros a fim de se entreter com as imagens que eles carregavam das cenas sexuais descritas.

Segundo Ana Virgínia Pinheiro, as redações de jornais de grande circulação, como é o caso de *O Rio-nú*, mantinham diversos jornalistas e cronistas que, conjuntamente, criavam diversas histórias picantes e elegiam um pseudônimo para assinar a publicação. A pesquisadora também alerta que, de tão curtas, as obras podem ser definidas como “folhetos sexuais”, por conta do material de baixíssima qualidade e por muitas vezes não alcançarem nem 20 páginas em seu conteúdo total. Outra característica de tais panfletos é a utilização de fotografias que serão descritas como “fotos francesas”, que para o leitor era um eufemismo para fotos de mulheres nuas, em atos sexuais ou *close up* nas partes íntimas de homens e mulheres. O fato é que, segundo a pesquisadora, tais fotografias desembarcavam no Rio de Janeiro ainda sem destino certo de sua utilização. Ao se deparar com certas imagens, os editores/autores criavam as narrativas que suplementassem uma história para o objeto pictórico. Isso significa que as imagens das fotografias, as

poses e vestimentas das personagens davam o tom do conto que seria construído, e não o inverso, a imagem servindo de artifício para auxiliar um conto previamente escrito, pois isso demandaria uma produção na qual pouco se investia no país naquele momento (PINHEIRO, 2022).

É importante que se se pense os produtos gráficos de cunho sexual. Para tal, seria preciso entender a literatura obscena e suas flexões, reunindo elementos que fazem deste tipo de literatura ser o objeto fascinante desde tempos imemoriais até o presente, mesmo percebendo o quanto ela é tratada como periférica perante o que se constituiu como a “grande literatura”.

Tratamos agora de três textos, o primeiro é um livro contendo três contos independentes e os outros são dois contos editados em forma de fascículos pela mesma casa editorial. Apesar dos dois fascículos serem veiculados pelo mesmo jornal e fazerem parte da mesma coleção, enquanto o livro não possui ligação direta a este tipo de publicação, todos os contos foram, cada um a seu modo, comercializados e difundidos no mesmo periódico, *O Rio-nú*, e tem características semelhantes em suas narrativas. Enquanto o livro *Variações de amor* foi editado pela “Bibliotheca de cuspidos”, *O menino do Gouveia* e *A pulga* fazem parte da coleção “Contos rápidos” com publicação da “Cupido & comp.” Mais à frente trataremos da presença de todos os objetos no semanário *O Rio-nú*, assim como a proximidade do nome das editoras.

O livro *Variações de amor*, de Zé Bedeu, contém três contos, que desde sua capa já carrega diversos elementos levantados como características da literatura obscena, como se vê na figura 01. A primeira hipótese para ser o objeto que contém

mais elementos é que, ao contrário de *O menino do Gouveia* e *A pulga*, *Variações de amor* foi organizado em forma de um livro propriamente dito, enquanto os outros contos se caracterizam como um folheto, ou fascículo.



Figura 01: Capa do livro *Variasões de amor*. Acervo pessoal.

Logo abaixo do título, lê-se uma pequena chamada, *Estimulantes contos com gravuras do natural*, indicando que além do conteúdo dos textos serem eróticos/pornográficos, este é recheado com imagens consideradas "fidedignas" à realidade, ou seja, fotografias. Sua editora, gravada acima de todas as informações, "Bibliotheca de Cupidos", não se sabe ao certo se por coincidência, inspiração comercial, ou simplesmente trocadilho/piada, remete à casa editora dos outros contos, "Cupido & comp.", ligada diretamente ao jornal *O Rio-nú*. Ao grafar o nome da editora incluindo a letra "s" no meio do "cupido", o que também abre uma interpretação para o "cuspe", lubrificante amplamente reconhecido no imaginário popular para a atividade sexual, o chiste é criado entre "cupido" e "cuspido", visto também nas gravuras da capa, em que dois anjos (provável cupido, responsável pelo amor na mitologia romana, ou seja, o mesmo que Eros para os gregos, sendo dele

a responsabilidade em flechar as almas apaixonadas) interagem entre si, incluindo a presença de uma placa que pode ser compreendida como uma fotografia, corroborando o subtítulo do livro. O humor e a sátira sempre estiveram relacionados à obscenidade, deste modo, transformar o cupido em “cuspido” reitera a função cômica da literatura pornográfica.

Apesar de não termos informações oficiais da inclusão de *Variações de amor* como publicação oriunda do jornal *O Rio-nú*, foi encontrada vasta publicidade do livro, sempre informando como adquiri-lo, sendo disponibilizado ao leitor o mesmo endereço de venda de outros títulos ligados ao jornal, como se vê na figura 02. O livro se encontra sem data definida pelo registro do departamento de Obras Raras da BN, catalogado como “191?”, porém, a comercialização veiculada pelo semanário data entre abril e maio de 1913, podendo então ser considerado seu ano de lançamento.



Figura 02: Publicidade de venda do livro *Variações de amor*, de Zé Bedeu, veiculada em *O Rio-nú*, em 09 de abril de 1913. Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Outra pista que aproxima o livro do jornal *O Rio-nú* é o nome do responsável na propaganda acima para pedidos feitos de fora do Rio de Janeiro, fechando o anúncio, que diz: “Os pedidos de fora devem vir acompanhados de mais 500 réis para as despesas da remessa e ser dirigidos a A. Velloso”. Quando buscamos

outras informações a respeito da pessoa citada, encontramos o nome de Alfredo Velloso, também responsável comercial pela publicação da coleção “Contos rápidos”, em que os outros dois contos recortados para esta pesquisa estão inclusos, conforme a figura 03:



Figura 03: Publicidade de venda da coleção “Contos rápidos” veiculada em *O Rio-nú*, em 10 de outubro de 1914. Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Na mesma busca, encontramos mais um Velloso, desta vez Orlando, que é tratado como gerente desde o começo da publicação. O mesmo é responsável por toda transação comercial do jornal, assim como anuncia editorial de 1903, conforme figura 04:

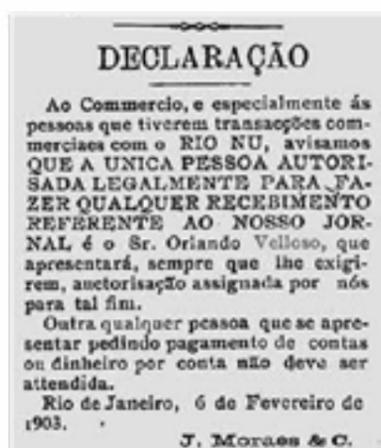


Figura 04: Declaração inserida no editorial de *O Rio-nú*, em 06 de fevereiro de 1903. Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Não se tem ao certo um motivo específico para a coincidência do sobrenome em questão na publicação por mais de uma década, ambos anunciados em cargos de chefia ou responsáveis por áreas comerciais do jornal. Porém, esta repetição nos abre um alerta, seja pelo parentesco e, inevitavelmente, a conclusão de se tratar de um veículo de comunicação gerido por uma família, ou, criando a mesma lógica dos nomes dos autores, tanto do jornal como dos contos, da invenção de um pseudônimo para a manutenção de uma camuflagem dos responsáveis, neste caso, de uma família Velloso. O sobrenome, que remete a animal peludo, ou cheio de lã, referenciando o carneiro, que segundo o dicionário *on-line* da Porto Editora, “simboliza o masculino, o fogo e a força animal, criadora e destruidora do Homem e do mundo, uma representação cósmica da vida nas suas manifestações positiva e negativa, já que tanto pode ser organizador ou caótico, generoso ou obcecado, num impulso primário de vida”³, nos faz crer que o uso inventado de tal família pode remeter diretamente a questões sexuais, objeto central do semanário *O Rio-nú*.

Variações de amor faz jus ao seu título, tendo em seus três contos narrativas que demonstram ações sexuais que fogem do que podemos tratar como uma sexualidade de acordo com as normas sociais. O primeiro conto, “Consolo de viúva”, trata da história de Dona Margarida, recém enviuvada, que, apesar de ser jovem e bela, não está disposta a novas relações matrimoniais, encontrando prazer numa relação zoófila com seu cachorro, ilustrado no fim do conto, e nos encontros com sua costureira. O segundo, “Laurinha e Bibi”, apresenta o encontro de duas

³ [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$carneiro-\(simbologia\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$carneiro-(simbologia))

primas que mantêm uma relação homoerótica no cumprimento da virgindade de uma delas, através da penetração do clitóris avantajado da outra. O conto evolui para a participação do marido de Laurinha, tratado como extremamente sexual, se relacionando com ambas. Para tal, a primeira fotografia do livro referencia uma cena direta deste conto, tendo como imagem duas mulheres supostamente cumprindo um ato de sexo oral mútuo, ou descansando após a relação sexual. O último conto, "O caixeiro bonito", narra a história de Lulu, um jovem branco funcionário de uma taverna que chama atenção por sua beleza e desperta desejos sexuais tanto em mulheres quanto em homens. A história narra o encontro sexual dele com uma negra considerada exuberante, Clara das Neves, que também é desejada por diversos homens, sendo um deles, também negro, Tibúrcio, apaixonado pela moça. No intuito de conquistar Clara, Tibúrcio cede ao casal, mantendo relações sexuais com ambos, sendo Lulu o ponto de união dos três. A fotografia inclusa neste conto é, talvez, a única que não faça uma referência direta a nenhum trecho da narrativa, abrindo espaço para outras interpretações, como veremos mais adiante.

Segundo objeto selecionado para esta análise, apresentamos *O menino do Gouveia*, considerado o primeiro conto pornográfico homoerótico publicado no Brasil, em 1914, narrativa que carrega todas as características citadas anteriormente sobre as particularidades de uma publicação obscena. Sendo parte integrante da coleção "Contos rápidos", denominado sexto volume editado, a começar pelo título, o fascículo criado e comercializado pelo *O Rio-nú*, a partir de sua casa editora "Cupido & comp.", foi veiculado a partir de encomendas de

leitores, e carrega a ideia de posse de um menino pelo “Gouveia”, que veremos se tratar de um personagem/gíria para homem maduro homossexual. A autoria carrega a mesma ideia do codinome malicioso e anônimo, Capadócio Maluco, em que a palavra capadócio pode ser tanto pessoa oriunda da Capadócia como uma forma de xingamento destinado às pessoas que são pouco inteligentes ou impostoras. É importante ressaltar que o pseudônimo Capadócio Maluco circula nas publicações do jornal *O Rio-nú* de 1905 até 1913, ano que antecede a publicação do conto. Entre esses anos, sob a coluna “Capadoçagens”, Maluco teve 137 histórias publicadas, todas de caráter sexual. Apesar de um hiato entre 1906 e 1910, os últimos três anos de publicação da coluna, o autor assinava praticamente todas as edições do jornal, sendo, majoritariamente, duas por semana. Em sua coluna eram tratados comumente assuntos diversos em que capadócio recebia relatos, indicava alguns conselhos e opinava sobre seus interlocutores. Não obstante, o conto *O menino do Gouveia* trata das experiências sexuais de um menino, o Bembém, que se encontra numa *garçoniere* com seu amante, o autor/narrador Capadócio Maluco.

Especificamente, este objeto traz em sua capa/folha de rosto alguns dos elementos levantados por Goulemot (2000) que caracterizam um livro de natureza pornográfica, como uma moldura gráfica enquadrando o título e as outras informações, num grafismo característico de sua época, o *art nouveau*, como se vê na figura 05. Além disso, a capa carrega um suposto local de escrita/edição do conto, a Ilha de Vênus. Como já dito anteriormente, tais informações não estão de acordo com a realidade e, pelo que investigamos, não se sentem obrigadas a

tal, afinal, seu objetivo é criar esse mistério em torno da narrativa desde a capa, passando pelo conto e seus personagens. O caso de *O menino do Gouveia* carrega outros aspectos para distorcer fatos verídicos, assim como transformar um acontecimento noticiado na mídia carioca daquele tempo em inspiração para o conto.



Figura 05: Capa do conto *O menino do Gouveia*, de Capadócio Maluco. Acervo pessoal.

O conto teve apenas uma reedição desde seu lançamento, num resgate realizado pela editora *O sexo da palavra* no ano de 2017. Para tal, a editora produziu um prefácio crítico de suma importância para a compreensão da narrativa, trazendo para o público leitor contemporâneo uma contextualização do período em que o conto teve sua veiculação. Segundo Ana Virgínia Pinheiro (2022), *O menino do Gouveia* se destaca em relação aos outros contos similares que fazem parte do *Inferno* da BN. Isso se dá, segundo a pesquisadora, por se tratar de uma narrativa em que a heterossexualidade compulsória não se faz presente, tendo como protagonista um jovem lidando com a sua homossexualidade de modo extremamente naturalizado.

O último objeto desta pesquisa é o conto *A pulga*, de Lucio D'amour, que, como parte integrante da mesma coleção que editou *O menino do Gouveia*, carrega em sua capa as mesmas

informações, mudando apenas o título e o autor, além do número correspondente à sua publicação, 7, como mostramos na figura 06.

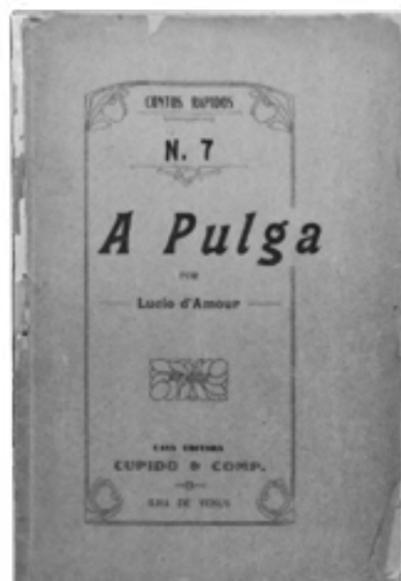


Figura 06: Capa do conto *A pulga*, de Lucio d'Amour. Acervo pessoal.

O conto trata da busca de uma mulher casada em realizar sua fantasia sexual de ser possuída pelo funcionário, descrito como um negro burro, contratado por seu marido, um marinheiro que passa bastante tempo fora de sua casa a trabalho. A senhora, D. Zizi, alega ter uma pulga em seu corpo para que o funcionário, Ambrosio Minhoca, procure e, deste modo, passe a mão em seu corpo, desembocando numa longa cena de sexo, representada por uma fotografia em alta definição da mulher de quatro com as saias levantadas enquanto o funcionário nu busca a pulga em seu ânus. Abaixo da foto uma legenda repete um trecho do conto, enfatizando que tal imagem está ligada diretamente à narrativa. Este exemplar também não tem data definida em sua catalogação, estando registrado na BN como “191?”, porém sabemos que se trata do ano de 1914, pois o conto foi publicado exatamente após *O menino do Gouveia*, e o semanário *O Rio-nú* publicizou no mesmo ano o lançamento do fascículo, como vemos na figura 07.

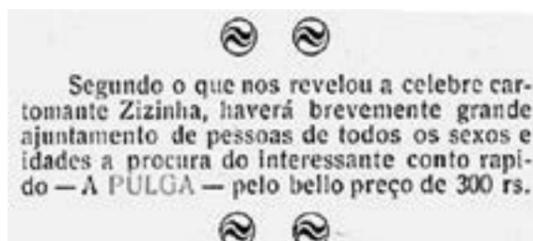


Figura 07: Primeira publicidade de lançamento de *A pulga*, veiculada no jornal *O Rio-nú* em de 14 de fevereiro de 1914. Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Sendo a narrativa pornográfica também produtora de histórias em que a relação de poder está traçada a fim de se alcançar a conquista sexual, *A pulga* tratará de uma relação interracial, em que a personagem feminina tem controle da situação, sendo ela sexualmente ativa e dominante enquanto seu papel social, estando o personagem masculino seu empregado, ou seja, subalterno ao desejo da patroa.

A título de informação adicional, a coleção “Contos rápidos” circulou entre os anos de 1913 e 1916, e teve até o fim da circulação do jornal *O Rio-nú* 20 contos publicados, como pode-se conferir na figura 08 da publicidade no jornal em 1916. Vê-se abaixo do anúncio a presença do responsável comercial, Alfredo Velloso, como citado anteriormente.

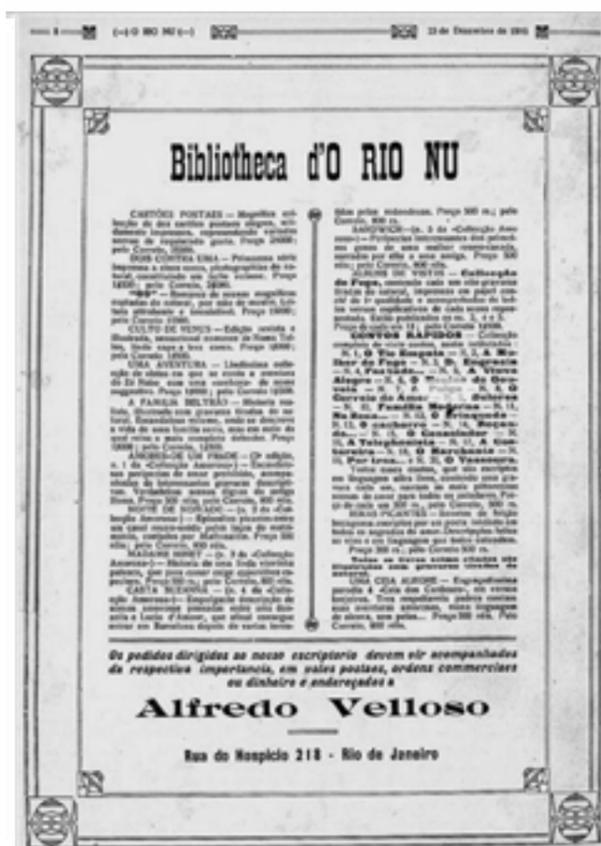


Figura 08: Publicidade da *Bibliotheca d'O Rio-nú* em 23 de dezembro de 1916. Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Os contos que antecedem *O menino do Gouveia* e *A pulga* são, por ordem de lançamento, *O tio empata*, *A mulher de fogo*, *D. Engracia*, *Faz tudo...* e *A viúva alegre*. Logo depois, os títulos serão *O correio do amor*, *Dolores*, *Família moderna*, *Na zona...*, *O brinquedo*, *O cachorro*, *Roçando...*, *O consolador*, *A telefonista*, *A costureira*, *O marchante*, *Por traz...* e *O vassoura*, cronologicamente. O último número de circulação do jornal é datado em 30 de dezembro de 1916, chegando ao número de edição 1.732. Muitos desses textos encontram-se perdidos, infelizmente, ou podem estar em algum lugar da Biblioteca Nacional e não foram encontrados ainda, talvez por sua descatalogação. O mais importante é saber que podemos contar com o Inferno da BN para termos acesso a esses dos quais nós tratamos aqui neste artigo, bem como outros títulos que se encontram à disposição dos leitores que se interessem em pesquisar o mundo pornográfico do começo do século XX.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEDEU, Zé. **Variações de amor**. Rio de Janeiro: ed. Bibliotheca de Cuspídos, 1913.

BIBLIOTECA NACIONAL. 2022c. Disponível em bn.gov.br

COSTA, Johnatas dos Santos. **Entre a norma e a transgressão**: Uma história do jornal pornográfico O Rio-nú (1898-1916). Aedos, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 439 – 479, outubro 2021.

COSTA, Walmir. **O menino do Gouveia**: a história real que inspirou o primeiro conto homoerótico brasileiro de 1914. Projeto história, São Paulo, v. 69, p. 419-457, setembro, dezembro, 2020

D'AMOUR, Lucio. **A pulga**. Rio de Janeiro: edições Ilha de Vênus, 1914.

DARNTON, Robert. **Inferno da Biblioteca Nacional de Paris**. Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 9 de julho de 1995. Acessado em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/09/mais!/6.html?fbclid=IwAR17gdLZOGGjPSIFPB7CJJRDrP1k5EihdzO4eSFB68SKlzyz9FpFDJOUo9Y>, 28 de agosto de 2020, às 9h24min.

DARNTON, Robert. **Sexo dá o que pensar**. Arte pensamento. IMS: São Paulo, 1996. Acessado em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/sexo-da-o-que-pensar/>, 19 de abril de 2022, às 17h10min.

DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924) São Paulo: Companhia das letras, 2004.

FONSECA JUNIOR, Antonio Carlos Pinto da. **O clichê e o obsceno**: textualidades no Inferno da Biblioteca Nacional. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2023. 138 fl. (Dissertação de mestrado). Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37372>

GONÇALVES, Renato. **Eros pornografado**: homoerotismo masculino e pornografia amadora. Uberlândia: O sexo da palavra, 2022

GOULEMOT, Jean-Marie. **Esses livros que se lêem com uma só mão**: Leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII. São Paulo: Discurso editorial, 2000.

MALUCO, Capadócio. **O menino do Gouveia**. Rio de Janeiro: edições Ilha de Vênus, 1914.

MALUCO, Capadócio. **O menino do Gouveia**. Uberlândia: O sexo da palavra, 2017.

O PAIZ. "Revoltante!". Rio de Janeiro, segunda feira 18 de junho de 1906. Nº 7928. p. 01.

O RIO-NÚ. "Comentários". Rio de Janeiro, 14 de junho de 1906. p. 2.

O RIO-NÚ. "Comentários". Rio de Janeiro, 14 de junho de 1906. p. 2.

O RIO-NÚ. "Motte a concurso". Rio de Janeiro, 21 de junho de 1906. p. 3.

O RIO-NÚ. "O Gouveia". Rio de Janeiro, 11 de junho de 1906. p. 4.

O RIO-NÚ. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1906. p. 4.

O RIO-NÚ. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1907. p. 2.

VELOSO. In: Infopédia dicionários Porto editora. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/veloso>, acessado em 16.10.2022 às 10h